



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA
CAMPUS PORTO NACIONAL - TO

PÂMELA FARIAS OLIVEIRA DO NASCIMENTO

**A CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO COMO FACILITADOR DO
PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA GEOGRAFIA**

PORTO NACIONAL-TO
2016

Pâmela Farias Oliveira do Nascimento



**A CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO COMO FACILITADOR DO
PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA GEOGRAFIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – UFT, *campus* /Porto Nacional – TO, requisito parcial obrigatório para a obtenção do grau de mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Análise Gestão GeoAmbiental

Orientadora: Prof. Dra. Mariléia Oliveira Bispo.

PORTO NACIONAL-TO

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

N244c Nascimento, Pâmela Farias Oliveira do.

A contribuição do trabalho de campo como **facilitador do processo de ensino-aprendizagem da Geografia** . / Pâmela Farias Oliveira do Nascimento. – Porto Nacional, TO, 2016.

82 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - **Universidade Federal do Tocantins** – Câmpus Universitário de Porto Nacional - **Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Geografia**, 2016.

Orientadora : **Marciléia Oliveira Bispo**

1. Trabalho de campo. 2. Geografia. 3. **Parâmetros Curriculares do estado do Tocantins**. 4. Livro didático. I. Título

CDD 910

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

PÂMELA FARIAS OLIVEIRA DO NASCIMENTO

**A CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO COMO FACILITADOR
DO PROCESSO DE ENSINO – APREDIZAGEM DA GEOGRAFIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus de Porto Nacional, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em: 12 de dezembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Mariléia Oliveira Bispo (Orientadora)
Universidade Federal Tocantins - UFT



Prof. Dra. Carolina Machado Rocha Busch Pereira
Universidade Federal Tocantins – UFT



Prof. Dra. Juciley Silva Evangelista Freire
Universidade Federal do Tocantins – UFT

Porto Nacional – TO
2016

*“Schlaf und Traum! Vielleicht sind sie Realitäten in
den Morgen angekündigt.*

Wenn der Regen wiechtsonne.

Aber jetzt schlafen und lass den Regen fällt auf uns,

Waschen unsere Sorgenem Schmerzen.

Lassen Sie es jetzt regnen! Es regnet auf Sie!

Das Regen auf mich herab.

Schlaf! Schlaf jetzt!” (PEREIRA, 2013, pág. 20)

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Dra. Mariléia Oliveira Bispo, pela orientação, pela oportunidade nessa jornada de conhecimentos atribuídos, compartilhando suas ideias e reflexões possibilitando adquirir novos conhecimentos;

À equipe do Colégio Marechal Artur da Costa e Silva, pela oportunidade e cumplicidade com a pesquisa. A equipe Escola Família Agrícola de Porto Nacional-TO pela disponibilidade;

Ao Álvaro e Vanderlei Santana, por ser minha base;

À Giselle Farias, minha companheira, cúmplice e pelo incentivo;

À minha querida Irene Farias, simplesmente por existir e pelo apoio;

À Edna de Jesus, que sempre me incentivou e auxiliou, tornando-se uma grande companheira;

À banca examinadora, Prof. Dr. Atamis Antônio Foshiera, Profa. Dra. Carolina Machado Rocha Busch Pereira e Profa. Dra. Juciley Silva Evangelista Freire.

Agradeço a todos que contribuíram diretamente ou indiretamente, que estiveram ao meu lado, durante esta árdua tarefa, porém gratificante e infindável, caminhada em busca do conhecimento;

Do fundo do meu coração os meus mais sinceros agradecimentos aos queridos colegas, funcionários da Universidade Federal do Tocantins – UFT.

RESUMO

NASCIMENTO, Pâmela Farias Oliveira do, **A contribuição do trabalho de campo como facilitador do processo de ensino-aprendizagem da Geografia**. 2016. 80p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Tocantins, TO. 2016.

O trabalho de campo é uma ferramenta imprescindível no processo de ensino-aprendizagem. Com o desenvolvimento da presente pesquisa, pode-se afirmar que o trabalho de campo é um facilitador do processo ensino-aprendizagem na Geografia. Dá margem para que o conteúdo estudado em sala de aula, possa ser visualizado no ambiente de forma empírica e prática. Sendo assim, possibilita o estreitamento da relação entre teoria e prática. Com o objetivo de se realizar o comparativo das unidades de escolares Colégio Estadual Marechal Artur da Costa e Silva e Escola Família Agrícola de Porto Nacional – TO, realizamos uma investigação de como ocorre o trabalho de campo entre o alunado das duas escolas, e a relação do Referencial das Escolas Públicas do Estado do Tocantins com a teoria e a prática no ensino-aprendizado de Geografia, e como também levantamento dos livros didáticos adotados pelas escolas se contemplam a informação sobre o trabalho de campo e de que forma é apresentado. Para concluir um trabalho de campo com êxito, verificou-se há necessidade de seguir critérios para a sua efetivação, seguindo um protocolo de procedimentos: a preparação, a realização e os resultados/avaliação. Embora o Referencial das Escolas Públicas do Estado do Tocantins e os livros didáticos adotados pelas escolas são omissos e deficientes na proposta do trabalho de campo, os professores das duas escolas, propuseram as turmas o trabalho de campo e salientaram a sua importância em auxílio da assimilação e fixação dos conteúdos discutidos em sala de aula. Tal prática adotada pelos professores esbaram na falta de recursos, de investimentos, além do embasamento teórico nas referências bibliográficas serem escassos para os procedimentos e orientações na execução do trabalho de campo no ensino-aprendizagem em Geografia. Os alunos reconhecem a necessidade de se fazer o trabalho de campo e colocam-se dispostos a fazer a prática da atividade, mesmo conscientes das limitações enfrentadas no decorrer do período de estudo.

Palavras chave: Trabalho de Campo, Geografia, Parâmetros Curriculares do estado do Tocantins e Livro Didático.

ABSTRACT

NASCIMENTO, Pâmela Farias Oliveira do, **The contribution of field work as a facilitator of the teaching-learning process of Geography**. 2016. 80 p. Dissertation (Master in Geography) Postgraduate Program in Geography Universidade Federal do Tocantins, TO. 2016.

Fieldwork is an essential tool in the teaching / learning process. With the development of the present research, it can be affirmed that fieldwork is a facilitator of the teaching/ learning process in Geography. It gives room for the content studied in the classroom, can be viewed in the environment in an empirical and practical way. Thus, it makes possible the narrowing of the relationship between theory and practice. With the objective of comparing the school units of Colégio Estadual Marechal Artur da Costa e Silva and Escola Família Agrícola de Porto Nacional - TO, we carried out an investigation of how the field work with the students of the schools occurs, and the relation of the Referencial das Escolas Públicas do Estado do Tocantins with theory and practice in the teaching of Geography, as well as if the textbooks adopted by the schools include information about the field work and how it is presented. In order to complete a successful fieldwork, it was verified that there is a need to follow criteria for its accomplishment, following a protocol of procedures: the preparation, the realization and the results / evaluation. Although the Referencial das Escolas Públicas do Estado do Tocantins and the textbooks adopted by the schools are silent and deficient in the proposal of the field work, the teachers of the two schools proposed the classes the field work and emphasized their importance in aid of the assimilation and fixation of the contents discussed in the classroom. Such a practice adopted by teachers was scarce in the lack of resources, investments, beyond the theoretical basis in the bibliographical references to be scarce for the procedures and orientations in the execution of the fieldwork in the teaching / learning in Geography. Students recognize the need to do the fieldwork and are willing to do the practice of the activity, even if they are aware of the limitations faced during the study period.

Key Words: Fieldwork, Geography, Parâmetros Curriculares do estado do Tocantins and Didactic Book.

LISTA DE SIGLAS

ASG - Auxiliar aos Serviços Gerais

DRE – Diretoria de Regional de Ensino

CCS – Colégio Estadual Marechal Artur da Costa e Silva

CEFFAS - Centros Educativos Familiares de Formação em Alternância

COMSAÚDE - Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação

EFA – Escola Família Agrícola

ES – Espírito Santo

ETA Estação de Tratamento de Água

GPS - *Global Positioning System*

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

m – metros

MEC – Ministério da Educação

MEPES- Movimento de Educação do Espírito Santo

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PDE - Plano de Desenvolvimento da Escola

PPP – Projeto Político Pedagógico

RJ – Rio de Janeiro

SP – São Paulo

TO - Tocantins

UFT - Universidade Federal do Tocantins

UNESP - Universidade Estadual Paulista

LISTADE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização do município do Porto Nacional-TO.....	31
Figura 2: Mapa de localização do Colégio Estadual Marechal Artur da Costa e Silva e Escola Família Agrícola de Porto Nacional – T0.....	38
Figura 3: Organização dos conteúdos do 8º ano.....	46
Figura 4: Laboratório de multimídias no CCS.....	56
Figura 5: Momento da aula no CCS.....	56
Figura 6: Trabalho de campo, canal do Ribeirão São João, CCS.....	57
Figura 7: Trabalho de campo, canal do Ribeirão São João, CCS.....	57
Figura 8: Tempo Aula, EFA.....	59
Figura 9: Trabalho de campo na Estação de Tratamento de Água-ETA, Odebrecht Ambiental – Saneatins, EFA.....	59
Figura 10: Trabalho de campo na Estação de Tratamento de Água-ETA, ETA, tanque, Odebrecht Ambiental – Saneatins, EFA.	60
Figura 11: Tempo Oficina, Semana da Cultura, paródia EFA.....	60
Figura 12: Tempo Oficina, Semana da Cultura, cordel EFA.....	61

SUMÁRIO

INTRIODUÇÃO

Capítulo I

1. O trabalho de campo no Ensino de Geografia e as escolas de pesquisa	15
1.1. O que é o trabalho de campo e sua relevância no Ensino de Geografia	15
1.2. Orientações pedagógicas para um trabalho de campo	19
1.3.O espaço geográfico da pesquisa – as escolas	27
1.3.1.O espaço geográfico da pesquisa – as escolas: Escola Família Agrícola de Porto Nacional	32
1.3.2. O espaço geográfico da pesquisa - as escola: Colégio Estadual Marechal Artur da Costa e Silva	34

Capítulo II

2. Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins e o livro didático de Geografia

2.1.O Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins e o livro didático de Geografia	39
2.2.Reflexão sobre o Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins para o ensino de Geografia no Ensino Fundamental	44
2.3.O livro didático de Geografia	47
2.4. A relação entre o ensino e o livro didático de Geografia nas escolas pesquisadas	49

Capítulo III

3. O trabalho de campo como prática pedagógica em Geografia – um comparativo entre as escolas

3.1. Os sujeitos da pesquisa	54
3.2. O trabalho de campo e a prática pedagógica	54
3.2.1. Relatos da atividade de trabalho de campo no CCS	55
3.2.2. Relatos dos acontecidos na EFA	58

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

ADENDOS

INTRODUÇÃO

O trabalho de campo nas últimas décadas do século XX e início do século XXI têm contribuído no processo de ensino-aprendizagem das aulas de Geografia, com o intuito de fundamentar e elucidar a discussão em sala de aula. Cavalcanti (2011) aponta que a escola francesa La Blachiana predominou até o início da década de 1970, com o intuito de mudança de proposta de ensino. Com a ascensão da Geografia quantitativa, houve a diminuição dos trabalhos de campo, e a partir do ano de 2000 o panorama novamente mudou e a proposta do trabalho de campo passou a ser difundida nos ensinos fundamental, médio e superior.

Para Tomaz Júnior (1992) o trabalho de campo é uma alternativa que viabiliza e concretiza o conteúdo discutido em sala de aula, possibilitando o aluno a observar a sua realidade. Assim, “destacando suas experiências adquiridas do mundo vivido e associando sua percepção em campo” já que o aluno é passivo de perceber, distinguir e avaliar situações críticas (CAVALCANTI, 2010).

Segundo Stefanello (2009), propiciar ao aluno a observação de paisagens deslumbrantes ou ambiente poluído ou, ainda, paisagens degradadas, é fundamental para o desenvolvimento cognitivo, afetivo, bem como de seu senso crítico. Desta forma, ofertando aos alunos as práticas do trabalho de campo, contribuem para assimilação e agregação de suas experiências peculiares junto aos conhecimentos adquiridos no ambiente escolar para se tornarem atuantes e críticos ao meio ambiente.

O trabalho de campo possibilita o esclarecimento da realidade. Desta forma, Cordeiro e Oliveira (2011) apontam que o trabalho de campo requerdo professor, planejamento, aulas prévias e a responsabilidade com os estudantes. Trabalhar com os conteúdos curriculares concomitantemente ao trabalho de campo, exige ao professor grande esforços para com os alunos, em não sair do foco de pesquisa e associar ao conteúdo adquirido em sala, elucidar que a prática do trabalho de campo não seja reconhecida como excursões ou tenha a percepção do “achismo” diante de realidades peculiares.

Este trabalho de pesquisa foi desenvolvido em duas unidades escolares do município de Porto Nacional–TO, a saber: Colégio Estadual Marechal Artur da Costa e

Silva, situada no perímetro urbano e a Escola Família Agrícola de Porto Nacional - TO, localizada na zona rural. Nas referidas unidades escolares, foi observado a realização de trabalho de campo, além da análise dos livros didáticos utilizados e do Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins, (TOCANTINS, 2009), buscando conhecer como estes abordam o trabalho de campo.

Estas unidades escolares, Colégio Estadual Marechal Artur da Costa e Silva (CCS) e a Escola Família Agrícola de Porto Nacional– TO (EFA) estão organizadas em seus estudos com base no Tempo Escola, onde suas atividades são elaboradas e discutidas no espaço geográfico das escolas. A EFA, propicia ao aluno adquirir conhecimento científico e auxiliando nos afazeres da escola, como horta e criação de animais e, além disto, os alunos também desempenham as suas atividades junto as suas famílias nas áreas rurais do município de Porto Nacional–TO, Tempo Comunidade (CALDART *et al.* 2013).

Desta forma, o problema desta pesquisa foi saber de que maneira o trabalho de campo se constitui como um instrumento facilitador no processo de ensino aprendizagem na Geografia? E como também, avaliar a problemática de quais são as semelhanças e diferenças entre a realização do trabalho de campo entre o CCS e a EFA?

Com base nas indagações acima, o objetivo geral da pesquisa foi conhecer as possibilidades e os limites da prática do trabalho de campo nas aulas de Geografia no 8º ano do Ensino Fundamental, séries finais, em escolas públicas do município de Porto Nacional - TO.

Assim, a pesquisa teve como objetivos específicos a realização de um estudo comparativo do trabalho de campo aplicado nas aulas de Geografia como prática educativa entre as unidades escolares CCS e a EFA, a investigação no Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins em relação à teoria e prática nas aulas de Geografia e como também o levantamento nos livros didáticos adotados pelas escolas se foi sugerido o trabalho de campo e como ele ocorre junto aos alunos.

A presente pesquisa justifica-se pela relevante prática do trabalho de campo como mecanismo facilitador no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, aqui especificamente com os alunos do 8º ano, turmas 82.01 e 82.02 do ensino fundamental

no CCS, na zona urbana e com os estudantes da turma 82.01 na EFA na zona rural, escolas no município de Porto Nacional-TO.

O trabalho desta pesquisa contou com a colaboração das equipes diretivas, de coordenadores, e de professores do CCS e da EFA, escolas no município de Porto Nacional-TO, além da cooperação e a participação dos alunos.

Para a realização da pesquisa o recorte espacial é no CCS, na zona urbana e na EFA localizada na zona rural, escolas localizadas no município de Porto Nacional no Estado do Tocantins, ambas as escolas pertencentes a Diretoria Regional de Ensino de Porto Nacional, DRE de Porto Nacional.

Como relação ao tempo para a elaboração da pesquisa, trabalhamos no ano de 2016, no período entre os meses de abril e novembro.

O público alvo referiu-se às turmas de alunos do 8º ano, turmas 82.01 e 82.02 do ensino fundamental do CCS, na zona urbana e a turma 82.01 na EFA, inserida na zona rural, escolas no município de Porto Nacional-TO.

Como instrumentos para a pesquisa realizou-se levantamento bibliográfico aprofundado sobre os seguintes temas: Trabalho de campo, Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins, livro didático e ensino de Geografia.

Os instrumentos utilizados na pesquisa foram as entrevistas semi-estruturada e observação direta. Com os seguintes caminhos trilhados, a partir de cada objetivo estipulado, no primeiro momento, identificou-se a necessidade de compreender como ocorre o trabalho de campo no CCS e na EFA, assim como a identificação do perfil dos estudantes das duas escolas, além da identificação da formação dos professores de Geografia nas, e também a realização do acompanhamento do trabalho de campo dos alunos das duas unidades escolares.

No segundo momento houve uma investigação no Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins a relação teoria e prática nas aulas de Geografia, além do levantamento e leitura no Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins e como o trabalho de campo e como ele é apresentado.

E por fim, no terceiro momento fizemos o levantamento nos livros didáticos adotados pelas escolas se é sugerido o trabalho de campo e como ele é apresentado. E a partir das análises feitas dos livros didático, investigamos como estes são usados e como é sugerido o trabalho de campo e como ele é apresentado na prática educativa.

Com os dados tabulados, organizados, fotos e bibliografia selecionadas, passou-se a produção final desta dissertação.

A dissertação encontra-se dividida em três capítulos, onde o primeiro dedica-se a apresentar o trabalho de campo no Ensino de Geografia e as unidades escolares da pesquisa; o segundo aborda o Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins e ao livro didático como são abordados nas duas escolas. O terceiro e último faz menção a análises comparativas das escolas.

Capítulo I

1. O trabalho de campo no Ensino de Geografia e as escolas de pesquisa

O trabalho de campo na Geografia funciona como uma ferramenta no processo de ensino-aprendizagem, no qual, dá a possibilidade de fato do que é apresentado no ambiente de estudo ao aluno, a ser trabalhado de forma empírica *in loco*, ou seja, permite ao aluno o que aprendeu no ambiente da sala de aula, cientificamente, ser utilizado de forma prática. Para Tomita (1999, pág.13)

Dentre várias técnicas utilizadas no ensino de Geografia, considera-se o trabalho de campo, uma atividade de grande importância para a compreensão e leitura do espaço, possibilitando o estreitamento da relação entre a teoria e a prática. O alcance de um bom resultado parte de um planejamento criterioso, domínio de conteúdo e da técnica a ser aplicada.

Desta forma expomos no capítulo I, o que é o trabalho de campo e sua relevância no ensino de Geografia.

1.1. O que é o trabalho de campo e sua relevância no Ensino de Geografia.

O trabalho de campo no ensino de Geografia tem uma relevância significativa e pode proporcionar aos professores um conjunto de procedimentos que permite tanto ao professor quanto ao aluno, observar e compreender de várias formas os processos que ocorrem no espaço geográfico, além de relacionar teoria e prática. Assim, apresentamos a seguir alguns conceitos de trabalho de campo na visão de alguns autores da geografia.

Para Pereira(2009, pág. 29) na Geografia, a importância do trabalho de campo permeia além da capacidade do aluno em decorar nomes de países, estados e capitais como também os nomes de mares, oceanos, rios, picos, planaltos e planícies. Pois, o trabalho de campo também conduz o saber ao raciocínio espacial e possibilita que o aluno estabeleça uma relação descentralizada com o ambiente.

Corroborando com Pereira (2009), Oliveira *et al.* (2008) compreendem que o trabalho de campo é o espaço para relembrar os conteúdos trabalhados em sala, através da observação direta, enfatizando temas como geomorfologia, geologia, vegetação, os aspectos sociais e econômicos que estão inseridos no contexto físico, enfatizando a

importância da preservação/conservação ambiental como também a contextualização desses temas como agentes transformador do espaço vivido.

Ainda neste sentido, Cavalcanti (2011, pág. 166) define o trabalho de campo como:

um trabalho empírico, pois o pesquisador utiliza a observação e a experimentação para a coleta dos dados e informações, procurando atingir um conhecimento verdadeiro e objetivo, através do contato direto com a realidade observada. [...]

O trabalho de campo é considerado como um instrumento fundamental para a construção do conhecimento geográfico na perspectiva da consolidação do pragmatismo como condição para a compreensão teórica, tendo seu valor pedagógico através do contato com a realidade para a formação do geógrafo.

Nesta direção, Stefanello (2009) afirma que o trabalho de campo à medida que se processa, o desenvolvimento cognitivo, as informações recebidas pela percepção e pela imagem mental servem de subsídios às operações mentais, que influenciam de forma direta ou indiretamente a percepção ambiental no trabalho de campo quando bem elaborado.

Desta feita, conclui-se que o trabalho de campo é de suma importância para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem da Geografia, como também tem importância na tradição histórica no pensamento geográfico. Cavalcanti (2011) relata que houve um período recente, onde essa prática foi quase abandonada. No ensino de Geografia, durante certo período, teve como característica a memorização acentuada, no processo de ensino-aprendizagem, sendo este período caracterizado por alguns autores como Geografia Tradicional.

Em seus levantamentos e discussão, Cavalcanti (2011, pág. 55) afirma que em um período de trinta anos, entre 1940 a 1970 dos artigos levantados relativos à trabalhos de campo, mais da metade foram feitos na área da Geografia. Tal autor afirma que:

até por volta de 1970, predominou na Geografia brasileira a escola francesa, desenvolvida por Vidal de La Blache e seus discípulos, onde a prática de campo, traduzindo no estudo das paisagens e na Geografia regional, era bastante valorizada e a preocupação com a sua divulgação.

Nos trinta anos seguintes, entre 1970 a 2000, houve uma drástica diminuição de artigos publicados, apenas quatro de acordo com Cavalcanti (2011). Este ocorrido

segundo Cavalcanti (2011) faz alusão ao fato de que nessa época ter sido o auge da Geografia Quantitativa no Brasil, foram levantados e tabulados dados significativos à Geografia brasileira, onde seus polos foram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Rio de Janeiro-RJ e o Curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Rio Claro-SP, enfatizou a falta de prática do trabalho de campo pelos geógrafos, no que resultou em poucas publicações a este tema.

Após o período de 1970 a 2000, a prática e as publicações com a temática de trabalho de campo passaram a ser retomadas no curso de Geografia. Assim, Cavalcanti (2011) afirma que a temática do trabalho de campo foi consolidada, nas novas grades curriculares e nas disciplinas que tem como objetivo de fornecer aos estudantes, informações referentes à do trabalho de campo.

O intuito do trabalho de campo na disciplina de Geografia é essencial, pois permite que através dele, seja possível identificar de fato o que se é estudado em sala de aula. No campo é possível perceber as diversas interferências antrópica no meio ambiente, além de associar todas as possibilidades de estudos através dos cinco sentidos: visão, olfato, audição, tato e paladar (FIGUEIREDO E SILVA, 2009).

Desta forma, Alves e Alves (2010) salientam que:

o processo de observação está dentro de um contexto maior que é a denominada teoria do conhecimento, sendo a mesma considerada uma das formas de se adquirir conhecimento através da utilização dos sentidos, juntamente com as outras duas que são a razão e a intuição.

O trabalho de campo é considerado como um gerador de conhecimento geográfico, pois representa o lugar de onde se extraem todas as informações para a elaboração de conhecimentos teóricos, assim como é também o local onde as teorias são testadas, aplicadas e vivenciadas de acordo com a sua realidade (CAVALCANTI, 2011, pág. 165).

Enfatizando que é através dos sentidos que nos relacionamos com o mundo exterior, sendo a visão, de suma importância, dentro os cinco que possuímos. O conhecimento adquirido através dos sentidos é denominado conhecimento “empírico”. A observação sempre foi considerada de importância fundamental para o geógrafo, pois, é através dela que se observam as paisagens com o intuito de desenvolver o conhecimento geográfico. É necessário então, fazer uma distinção entre o que se

denomina de observação ou percepções cotidianas, do dia-a-dia, passivas ou não intencionais das observações científicas (CAVALCANTI, 2011, pág. 168).

As observações do homem comum, no seu dia-a-dia e que são meramente contemplativas, sem maiores preocupações com o que está sendo observado. Assim na observação dita científica Cavalcanti (2011, pág. 168) afirma que é:

o ato de observar, devendo-se saber de antemão o que se quer observar, deve-se ter um propósito em mente. O ato de observar é sempre norteado por alguma ideia, algum problema, ou alguma teoria, ou seja, sobre conhecimentos e experiências anteriores. Portanto, antes de efetuar qualquer observação é necessário desenvolver os conhecimentos teóricos, pois são eles que nortearão no processo de observação.

Ao discorrer sobre a observação científica, Fourez (1995) afirma que quando se observa alguma questão, é preciso sempre que seja descrita. Portanto, sempre que observar algo (um fato, um fenômeno ou uma paisagem) há a necessidade da descrição, para que fique registrada a observação em campo.

Para Cavalcanti (2011, pág. 169) não se descreve um objeto ou uma paisagem sem utilizar uma linguagem, que é a maneira cultural de expressar ou estruturar uma determinada visão ou uma compreensão a respeito de algo a ser observado. A não utilização de uma linguagem para descrever os fenômenos observados não tem a menor importância para o conhecimento científico.

De certa forma, muitos autores consideram a linguagem uma espécie de construção social, relativa à sua cultura e seus projetos. Não se pode observar algo sem utilizar a linguagem, seja ela verbal ou mental, pois o idioma é uma forma cultural de estruturar uma visão, uma compreensão cognitiva.

No caso da observação científica a linguagem utilizada é a linguagem técnica, com uma terminologia precisa, bem definida e conceituada. A linguagem técnica permite a compreensão pelos especialistas que militam na mesma área do conhecimento sendo necessária a familiarização com a linguagem técnica (CAVALCANTI, 2011, pág. 168).

No trabalho de campo a observação científica faz-se necessário e ele é ao mesmo tempo fonte de informações e crítica da produção científica geográfica, peça fundamental para a assimilação e construção de seus conceitos (COMPIANI, 1993).

1.2. Orientações pedagógicas para um trabalho de campo

Para uma perspectiva complementar do trabalho de campo, pode-se entender que propriamente neste caso, a relação pedagógica se reveste de uma nova dinâmica, afirma Cavalcanti (2011, pág. 37). O autor salienta que o professor pode aproveitar a circunstância do trabalho de campo para se tornar um observador e um ouvinte do comportamento de seus alunos, dando uma nova característica a sua função: orientador e companheiro, e abrir um viés de oportunidades para que a iniciativas e questionamentos partam deles, acabando então, com qualquer indício de comando na dinâmica de grupo (CAVALCANTI, 2011).

A propósito, Rodrigues e Otaviano (2012, pág. 37) afirmam que o aluno por muitas vezes se sente mais receptivo a novas possibilidades de conhecimentos longe das quatro paredes da sala de aula, num outro ambiente, tornando-se mais espontâneo, mais autêntico. Como também, é uma oportunidade peculiar para a observação das atitudes dos alunos. É indispensável ao professor analisar e formular um melhor juízo de seus alunos que por vezes o professor já pensa conhecê-lo de forma significativa.

A visão de mundo do aluno é incorporada ao processo de aprendizagem, que está associado a uma leitura crítica da realidade e ao estabelecimento da relação de unidade entre a teoria e prática. Conforme Tomita (1999) é importante que se estimule o educando a indagar o porquê das coisas para o mesmo não se conformar com a simples situação dos fatos, mas partir para uma análise criteriosa como uma visão crítica.

A exemplo da Geografia, o estudo das paisagens, dos lugares, dos espaços rural e urbano, dos impactos ambientais, são bastante discutidos e normalmente chegam ao aluno através de uma imagem, uma gravura no livro didático, ou até mesmo em noticiários, possibilitando o aluno, construir mentalmente o significado de algo objetivo, mas que ele tenha a possibilidade de recriar conforme a sua vivência de mundo. Rodrigues e Otaviano (2012, pág. 36) afirmam que neste momento que a introdução da prática do trabalho de campo auxiliaria como um recurso complementar do processo de construção desses conhecimentos.

O trabalho de campo pode ser implementado desde as séries iniciais do ensino fundamental como recurso aos professores de Geografia, História, Ciências e outras disciplinas, partindo-se da ideia de produção do conhecimento baseado na realidade e no cotidiano do aluno (RODRIGUES E OTAVIANO, 2012, pág. 35).

A seguir apresentamos alguns critérios metodológicos utilizados por Rodrigues e Otaviano (2012, pág. 37 a 41) para o trabalho de campo, concordamos com todos os critérios estabelecidos elencamos por itens conforme apresentação dos autores para facilitar a compreensão:

1 - É fundamental a realização de três etapas no trabalho de campo: a preparação, a realização e os resultados/avaliação.

2- Pensar em adequar o trabalho de campo as temáticas do programa das diferentes disciplinas convém não esquecer que a mesma deve ser levada à prática antes dos últimos meses do 2º semestre, para que haja tempo de preparar a programação com antecedência.

a) Preparação da Prática de Trabalho de Campo – o primeiro trata-se do momento essencial do trabalho de campo e nele pode ficar definitivamente decidido o sucesso ou insucesso de uma saída da escola, assim seguem os passos para a preparação:

1º) Definir Objetivos

Este item distingue por afirmar que o trabalho de campo deve constar na programação anual do calendário escolar, ou seja, no Projeto Político Pedagógico - PPP escolar. Inicialmente se faz necessário traçar os objetivos para obter êxito na realização do trabalho de campo. Avaliar as propostas a serem trabalhadas além de se fazer um planejamento do que se anseia alcançar com o trabalho de campo. Há variações de quais objetivos podem ser almejados pelos alunos através do trabalho de campo, o que depende, naturalmente, de uma série de fatores, notoriamente o grau de ensino, a faixa etária, interesses e possibilidades dos alunos, o momento do processo de aprendizagem em que o trabalho de campo se insere e ainda o caráter da própria ida ao campo (RODRIGUES E OTAVIANO, 2012).

No entanto, de uma forma comum, desde que preparado com um minucioso cuidado, um trabalho de campo tem sempre um caráter pedagógico importante, sobretudo no caso da chamada visita de “desvendada”. Esta pode propiciar ao aluno não só a cognição ou aprofundamento, de uma forma significativa, de conhecimentos sobre conteúdos programáticos relacionados com a visita, como pode levar ainda ao desenvolvimento de hábitos e métodos de trabalho e ao enriquecimento harmonioso da personalidade do aluno (RODRIGUES E OTAVIANO, 2012).

Assim, pode-se considerar que, em condições apropriadas à trabalho de campo permitirá ao aluno alcançar os consequentes objetivos de caráter geral. Embora todos os objetivos gerais possam teoricamente ser atingidos num trabalho de campo em que houve um planejamento prévio rigoroso, a verdade é que, em qualquer circunstância, deve o professor traçar e definir metas e os objetivos, aqueles que lhe parecem prioritários. Será em razão disso, selecionar e elencar o local, traçará os objetivos específicos e preparar trabalho de campo. Esta será necessariamente diferente se o objetivo principal for, por exemplo, o alcance de conhecimentos sobre a acerca de um tema determinado do programa ou for o desenvolvimento de métodos de pesquisa ou se pretender simplesmente, numa terceira hipótese, a melhoria do relacionamento aluno-aluno ou aluno-professor (RODRIGUES E OTAVIANO, 2012).

Sendo a discussão fora da sala de aula de suma importância e diversificada, orienta-se aproveitar para buscar um ensaio a multidisciplinaridade, mesmo que na hora da avaliação seja privilegiado aquele objetivo específico do estudo de um tema escolhido. Não é indiferente que a predominante dos objetivos incida no domínio dos conhecimentos, das capacidades ou dos valores. No caso de se sobressair os aspectos cognitivos, e antes de se definirem os objetivos específicos, é fundamental ter em conta o momento do processo de ensino-aprendizagem em que o estudo se integra e, logicamente, a função da mesma. De fato, o trabalho de campo pode destinar-se: – a motivar o estudo de um tema (função da motivação) – a estudá-lo através dos elementos observados *in loco* (função de informação) – a completar o estudo desse tema (função de síntese) (RODRIGUES E OTAVIANO, 2012).

2º) Escolha do Local

A escolha dos pontos visitados que será objeto de estudo do trabalho de campo deve ser criteriosamente analisada, pois não se deve seguir o caminho de facilidades, escolhendo a visita que dá menos trabalho, provavelmente seria completamente infundado. O professor deverá optar antes por aquela, que possui mais possibilidades formativas, e preferencialmente, tenha mais a ver com o programa e os conteúdos que os alunos estão estudando. Analisar as possibilidades de articular conhecimentos de outras disciplinas – visando a interdisciplinaridade (FAZENDA, 1991).

Em seguida, agrupar as informações que puder sobre o assunto, tais como: mapas de localização, clima, vegetação, solo, gráficos, reportagens entre outros. Como

já aludido anteriormente, é muito vantajosa uma visita prévia ao local onde se faz pela primeira vez um trabalho de campo com os alunos, mesmo que ele já seja conhecido do professor, analisar as possibilidades e potencialidades do local e se é passível a recepção de uma quantidade significativa e peculiar de alunado. Visto que, ao procurar ver, com os “olhos” dos alunos, um ecossistema ou um museu, fazemos por vezes descobertas bastante surpreendentes. Vale a pena salientar que o professor já é conhecedor dos indivíduos que compõem a turma(RODRIGUES E OTAVIANO, 2012).

3º) Calendário

Um trabalho de campo está à princípio, integrado a planejamento a médio ou longo prazo do trabalho escolar e, normalmente, pretende-se que coincida com o momento mais adequado e oportuno ao estudo de um determinado tema. Para que isso ocorra, o professor deve ter em mente as exigências e condições necessárias para que se concretize o trabalho de campo(RODRIGUES E OTAVIANO, 2012).

É de suma importância não esquecer que: necessita-se de autorização do departamento responsável da empresa, parque, museu, se houver visita técnica ou locais que são administrados pelo poder público, como por exemplo, uma área de proteção ambiental; – essa autorização pode demorar algum tempo, pois necessita das formalidades necessárias (solicitação para a visita através de envio de ofícios) e o aguardo de resposta; – para não ter problemas de outros professores marcarem a visita de estudo em datas próximas. Procure convidar alguns professores e todavia trabalhar um tema transversal, temáticas interdisciplinares, assim conectando os diferentes conteúdos das disciplinas que sairão à campo aproveitando o máximo de possibilidades (RODRIGUES E OTAVIANO, 2012).

O trabalho de campo requer contrato de transporte, e às vezes, verba para custear diárias e hotéis, a sua obtenção mesmo sendo da própria escola, ou responsáveis pelo alunado, pode ser demorada; – além dos tempos de aulas necessários ao trabalho de campo propriamente dito, é importante também pelo menos uma aula para sua preparação e de outra mais para sua análise e avaliação. Contudo, deve ser analisada com o máximo de cuidado a data mais oportuna para uma visita e começar a prepará-la com antecedência prévia(RODRIGUES E OTAVIANO, 2012).

4º) Os Recursos Materiais

Se faz necessário para a realização de um trabalho de campo, no mínimo, assegurar o transporte dos alunos entre a escola e o local a ser visitado. Se a escola não puder fornecer as verbas necessárias, como no caso, das escolas públicas, haverá sempre a possibilidade de recorrer à parcerias de órgãos públicos locais, como por exemplo, Ministério do Exército, a Polícia Militar ou a outras entidades públicas ou privadas, sobretudo quando há a necessidade do trabalho de campo ser realizado em lugares distantes da escola(RODRIGUES E OTAVIANO, 2012).

A respeito dos recursos e materiais didáticos, o deve professor assegurar-se de que poderá fornecer aos alunos as informações mínimas necessárias, quer através de cópias de textos, quer folhetos impressos, por ventura disponíveis, quando se trata de unidades de preservação/conservação ou patrimônio histórico, e ainda o mais importante, mapas ou cartas de localização da área visitada. Verificar se os alunos possuem máquinas fotográficas ou celulares com o objetivo de registrarem o momento da aula (RODRIGUES E OTAVIANO, 2012).

5º) A busca da Interdisciplinaridade

Uma das particularidades das escolas de ensino fundamental e médio é a grande fragmentação dos currículos, com as várias disciplinas completamente separadas e distanciadas umas das outras, quando não, uma em oposição a outra. Todas as oportunidades tem de suma significância para tentar derrubar barreiras e disparidades entre as disciplinas, para ultrapassar a compartimentação de saberes que tão contrária é ao objetivo fundamental de qualquer sistema de ensino: compreensão da realidade, vivenciando o meio, na forma de uma abordagem global, transversal e multidisciplinar(RODRIGUES E OTAVIANO, 2012).

O trabalho de campo pode ser uma excelente ferramenta para oportunizar a cooperação com outros colegas e com outras disciplinas. Pensar que seja possível uma verdadeira interdisciplinaridade pode ser considerada inimaginável, pois a mesma exige uma relação saudável entre as disciplinas, que não pode ser apenas pontual. Em compensação será perfeitamente possível uma abordagem multidisciplinar, através da qual, diferentes disciplinas deem sua perspectiva própria para o estudo de um tema concreto, relacionado com o objeto da excursão. A colaboração mais óbvia será entre a

disciplina de Geografia associar-se a História, Português, Ciências e Artes Plásticas. Porém, em certas ocasiões serão possíveis associações significativas com as disciplinas de Matemática e Educação Física que contribuem de maneira satisfatória com a realização do trabalho de campo (RODRIGUES E OTAVIANO, 2012).

Vale salientar que, a colaboração com os trabalhos de outras áreas pode ser muito proveitosa na fase de apresentação dos resultados dos trabalhos após o campo, assim como também o laboratório de informática para a confecção de *slides*, na análise de imagem de satélites, descarregar dados do *GPS*, além das imagens e vídeos, como também e dados de máquinas e celulares. Sempre que possível, as Línguas Estrangeiras aproveitam a motivação de um trabalho de campo para o desenvolvimento da capacidade de expressão oral ou escrita no idioma respectivo. A disciplina de Artes contribuem na confecção de elementos da cartografia como mapas, imagens de satélites, croquis e entres outros. A Matemática para a tabulação de dados e confecção de gráficos e leitura de coordenadas geográficas. E a Educação Física para o condicionamento físico e a postura consciente na trilha e caminhada com hábitos saudáveis. Além da disciplina de Ciências que norteiam os fenômenos das atmosfera, clima, fauna e flora (RODRIGUES E OTAVIANO, 2012).

6º)Contemplar Outros Aspectos Práticos

Logo que houver a definição exatamente da área determinada de estudo e a disposição dos meios para a sua realização, há ainda uma série de aspectos concretos que o professor não deve se descuidar, como informar a coordenação e a direção da escola para enviar comunicado aos pais sobre dia, hora e objetivo da visita. Deixá-los cientes do programa a ser cumprido assim como os objetivos, além das providências cabíveis à autorizações dos pais (RODRIGUES E OTAVIANO, 2012).

Sempre estar em contato por telefone, fax, e-mail e/ou mídias sociais com o departamento responsável da empresa, museu ou parque para marcar a data da visita e acertar os ajustes e dúvidas da visita guiada. Confirmar o transporte, assegurando-se da documentação, preços, itinerários e horários. Elaborar e reproduzir o material necessário para a visita é sempre importante e motivador à distribuição do material aos alunos com uma certa antecedência, textos complementares sobre a temática a ser abordada, de um programa de visita em que se indique o dia, a hora e o local da partida, itinerário,

duração do trabalho de campo, material que o aluno deve levar e todos os esclarecimentos considerados necessários (RODRIGUES E OTAVIANO, 2012).

7º) Informar e Motivar os alunos

Este item é um dos grandes desafios, como também de suma relevância, os alunos devem ser bem informados dos objetivos do trabalho de campo, para não saírem do foco, bem orientados de como e quando decorrerão as atividades de preparação da visita propriamente dita e as posteriores atividades de análise e avaliação dos resultados do trabalho de campo. Uma forma de motivação significativa é fundamental para o sucesso do trabalho de campo. Entre as várias motivações possíveis podemos citar: mapas e textos, quando possível uma sessão com projeção de *slides* ou vídeo sobre o tema da visita, pode ser uma das mais eficazes e estimulantes fatores de estimulação (RODRIGUES E OTAVIANO, 2012).

É necessário enfatizar que o professor deve se limitar ao mostrar duas ou três imagens e fornecer um texto, procurando não cair na tentação de dar um montante de informações que, afinal, irá ser objeto real de estudo na visita. É coerente elucidar um caráter meramente ilustrativo, essencialmente motivador para despertar interesse e fomentar a curiosidade dos alunos. Uma importante observação é o da necessidade dos alunos possuírem maturidade suficiente para compreenderem o assunto proposto para a realização do trabalho de campo, portanto, é necessário ter prudência e cautela antes de traçar os objetivos (RODRIGUES E OTAVIANO, 2012).

b) Realização do Trabalho de Campo – o segundo momento diz respeito ao êxito na realização de um trabalho de campo significativo, como já explanado, é uma boa preparação prévia com objetivos planejados, delimitados e traçados. Sem uma preparação bem estipulada, o resultado é, quase sempre é conturbado; com alunos excitados pela novidade da situação, brincadeiras de correrias de um lado por outro, indisciplina, gracejos inoportunos de uma realidade que nada percebem, conseqüentemente saem do foco do objetivo do trabalho de campo (RODRIGUES E OTAVIANO, 2012).

O trabalho de campo bem planejado ocorre, de uma maneira em geral, sem contratempos e frustrações aponta um ato pedagógico com grandes potencialidades. Inúmeras variáveis (adequação do conteúdo ao nível de ensino, objetivos definidos, tipo

de local, entre outros) direcionam a forma que pode assumir um trabalho de campo, tal forma vai de acordo com a postura do professor. Existem várias possibilidades de trabalho de campo para o ensino da Geografia, sendo as que mais prevalecem são: visita guiada ou técnica; excursão didática expositiva, de observação, de reconhecimento e de descoberta(RODRIGUES E OTAVIANO, 2012).

c) Análise dos Dados ou Informações Coletadas e Avaliação/Resultados do Trabalho de Campo – e este é o terceiro momento que se concretiza os conhecimentos adquiridos no trabalho de campo, e além disto, é a ocasião de fazer um balanço dos aspectos alcançados e dos aspectos contraproducentes. É nessa hora que se distingue um trabalho de campo a um passeio com a finalidade de lazer(RODRIGUES E OTAVIANO, 2012).

Muitos professores concluem a etapa do trabalho de campo no momento em que todos os envolvidos descem do ônibus que lhes trouxeram de volta à escola. Este fato é considerado um grande desperdício quando o momento da atividade tão significativa não tenha um desfecho. Para Rodrigues e Otaviano(2012) enfatizam que, as atividades posteriores de análise dos dados coletados e avaliação da saída são etapas de suma importância na ação pedagógica deste tipo. Tais atividades que podem ocupar um ou dois tempos de aula, devem ser feitas, logo após ao trabalho de campo ter ocorrido, isto é, o tempo ideal são as aulas seguintes, quando as experiências vividas ainda estão presentes na memória dos alunos. Sendo que, uma das formas mais simples de testar os conhecimentos adquiridos pelos alunos no trabalho de campo é a aplicação de um questionário sobre o tema estudado e também articulá-lo com os conteúdos da disciplina do bimestre.

Rodrigues e Otaviano(2012) afirmam que, a outra possibilidade no processo de avaliação no final do trabalho de campo é que os alunos podem ser distribuídos em grupos sintetizem os resultados dos seus trabalhos, reunindo as anotações que fizeram, os croquis com os registros, o material que tenham eventualmente recolhido (amostra de rochas, postais, folhetos, desenhos), as fotografias tiradas ou vídeos gravados, e assim, discutirão as considerações que chegaram. Cada grupo apresentará uma resumo das suas coletas, que poderá ter a forma de um breve relatório (oral e escrito), ou de um painel ilustrado (que poderá vir a fazer parte de uma exposição da turma) ou até mesmo uma montagem audiovisual através de *banner*. Nas séries finais do ensino fundamental, em que as faixas etárias são menores pode solicitar aos alunos que através de desenhos,

croquis, pinturas, colagens, mapas, maquetes ou modelagens, recriem e apliquem conhecimentos adquiridos durante o trabalho de campo. A função do professor será fundamental nesta fase é de subsidiar as informações complementares necessárias e auxiliar os alunos a extrair do seu trabalho conhecimentos organizados, conceitos e generalizações que possam ser integrados nos conteúdos que está sendo estudado.

Por fim, Rodrigues e Otaviano(2012) orientam que, o professor deve preparar um formulário para que os alunos façam a avaliação do trabalho de campo. Além disso, aconselham uma auto-avaliação do professor e uma reflexão em comum do professor e alunos para se perguntarem; os procedimentos utilizados foram os melhores ou se necessita de outros? Se os materiais distribuídos foram suficientes? Quais foram os aspectos mais positivos e os que devem ser melhorados? O professor poderá então estar ciente da relevância da prática didática que acabou de realizar e, através desse *feedback*, alcançará o êxito de futuras saídas à campo, cuja organização passará a ser progressivamente mais fácil e cada vez mais alcançará o sucesso, tanto do ponto de vista profissional como pessoal.

O trabalho de campo como recurso didático é de primordial importância, mostra o verdadeiro sentido da Geografia quando aplicado de forma correta.

1.3.O espaço geográfico da pesquisa - as escolas

As escolas da pesquisa estão localizadas na região norte da República Federativa do Brasil no estado do Tocantins - TO, o município de Porto Nacional, possui uma área de 4464,11 km², na qual está localizada a 66 km da capital de Palmas (IBGE, 2016).

O *site* da prefeitura do município de Porto Nacional, relata um breve histórico sobre a fundação e emancipação política municipal, um texto elaborado pelo escritor regional Edivaldo Rodrigues (2016), segue:

Segundo alguns documentos preservados nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Goiás, o povoado de Porto Real do Pontal teve como origem, ainda em meados de 1738. Uns, buscando as ricas minas de ouro do arraial do Carmo outros, a importância do movimento arraial Pontal, que por determinação de Sua Alteza, mantinha em suas terras o temido Presídio Matança.

O autor relata que os documentos existentes que relata aquele período, evidenciam que com o crescente vai-e-vem de aventureiros da época, de um lado para o outro das margens do rio, não tardou que outros barqueiros aproveitassem a ideia do pioneiro lusitano e também comercializassem a travessia daqueles que chegavam em Porto Real do Pontal. Dessa maneira, acerca do início do século XIX, vários casebres começaram a desenhar um pequeno aglomerado humano, ou seja, as pessoas começaram a margearem ao entorno das margens do rio e se estabelecendo ali agricultores, pescadores, trabalhadores preparados para o transporte de cargas em direção aos dois arraiais, e além de mineradores, os mesmos que na busca excessiva e lenta, especulavam pepitas de ouro já encontradas nas serras da região (RODRIGUES, 2016).

O autor, Rodrigues (2016) afirma que, uma série de fatores, no decorrer dos anos, fez com que surgisse um povoado consolidado em estruturas econômicas e sociais, alicerçadas na aquavia chamada rio Tocantins. O escritor afirma que não se pode negar o determinismo e ascensão nesse rico processo evolutivo, pois os registros históricos da época, afirmam que tudo se iniciou com a observação da significativa capacidade de navegação desse rio, que provocou uma significativa alteração da comunidade ribeirinha estabelecida no mais importante empório comercial de todo o norte (RODRIGUES, 2016).

Sendo assim Rodrigues (2016) alega que,

com certeza foi a força e a velocidade dessas águas que proporcionou a pujança e um desenvolvimento palpável. Isso se confirmou no principiar de 1807, quando Porto Real do Pontal já se transformara num núcleo de grande importância para toda região. Com esse progresso, em 18 de Março de 1809, o lugarejo foi elevado á categoria de Julgado, se solidificando como o senhor do rio e se destacando, quase que sozinho, motivado pelo visível declínio da mineração naquelas bandas, principalmente no arraial do Carmo e no belicoso desaparecimento de Pontal, povoado encravado nas terras dos selvagens índios Xerentes, que em 1805 dizimou parte da população que ali vivia.

Rodrigues (2016) relata que por haver a necessidade do estabelecimento de um outro itinerário comercial entre os movimentados pontos comerciais, Porto Real do Pontal e centros mais desenvolvidos daquele Brasil colonial, se alojou no povoado uma obreira carpintaria e a partir dela surgiram as possibilidades de grandes embarcações

produzidas por artesões habilidosos, que bem postadas na água embarcavam rumo a Belém, transportando, além do ouro, muita prata e outros produtos produzidos e retirados das terras de Félix Camoa, para serem ali negociados à terem novos rumos.

O escritor diz que, foi com o surgimento deste porto comercial que também ocorreram os primeiros passos desta comunidade rumo às áreas administrativas, intelectual, cultural e religiosa. Com essa nova estrutura, era apropriado o processo de evolução administrativa do lugar. E deste modo de fato isso que ocorreu, com a força de lei provincial. Em 14 de novembro de 1831, ano em que D. Pedro I abdicou ao trono, o Julgado de Porto Real foi elevado à Porto Imperial. Pois, aquela outorga definia em lei a sede definitiva municipal, que por legislação pertinente tinha de receber órgãos de administração pública com a jurisdição de normatizar o cotidiano daquela já estabelecida comunidade (RODRIGUES, 2016).

Assim, logo após a contagem evolutiva de trinta anos da instalação de Porto Imperial, exatamente em 13 de julho de 1861, por determinação da resolução provincial nº 333, assinada por José Martins Alencastro, na época presidente da Província de Goiaz, nascia então Porto Nacional, o mais importante polo cultural, político, econômico e social do então norte goiano, que hoje é o estado do Tocantins. Naquele dia foi entregue as autoridades do lugarejo o diploma de Emancipação Política do Município que deu seus primeiros passos no antigo Porto Real do Pontal, onde tudo teve o seu princípio, através do ouro, sonhos, fé e crença das possibilidades de um futuro promissor (RODRIGUES, 2016).

E desta forma, Rodrigues (2016) afirma que,

segundo o escritor Durval Godinho, naquele momento histórico em que Porto Nacional ganhou a condição de município, um relatório do Governo da Província de Goiaz, encaminhado o documento à Assembleia Legislativa Provincial, oficializando que pelo senso de 1861, realizado na localidade, constatou que ali havia uma população de 3.897 pessoas consideradas livres e 416 escravos, perfazendo um total de 4.313 habitantes. Além do que, o levantamento censitário daquele ano apontou a existência de três escolas para alunos do sexo masculino e uma escola para estudantes do sexo feminino.

O município de Porto Nacional está localizado no estado do Tocantins, na Região IX – Região Metropolitana de Palmas. Os municípios limítrofes da cidade é com Palmas, capital do estado, além das localidades de Monte do Carmo, Miracema do

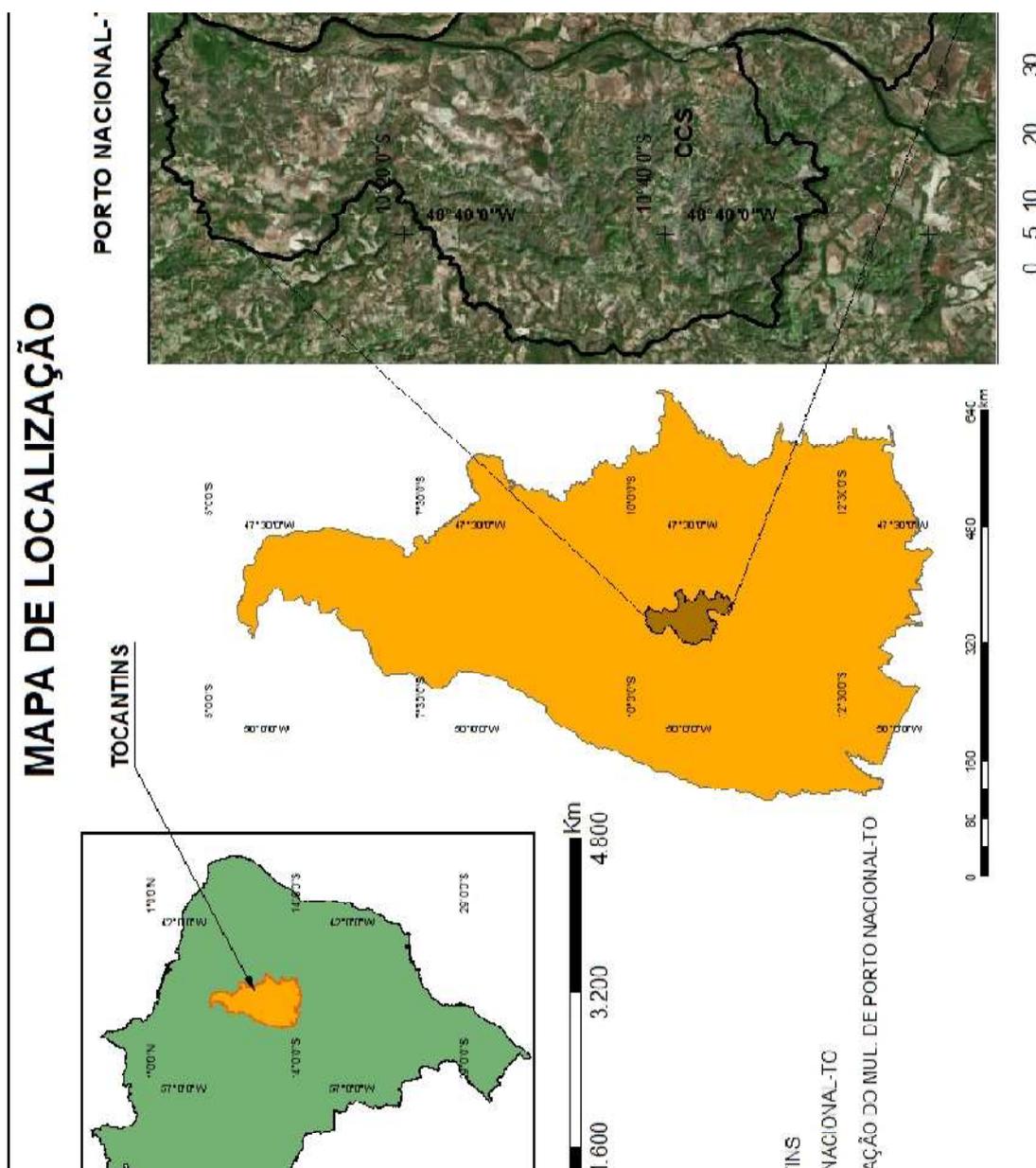
Tocantins, Paraíso do Tocantins, Pugmil, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Fátima, Brejinho de Nazaré, Ipueiras e Silvanópolis (SEPLAN, 2012).

A cidade de Porto Nacional pertence a Bacia Hidrográfica do Rio Tocantins, o município deixou de conviver com o rio e passou a habituar-se com o reservatório a partir do momento que foi construída a Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães na localidade de Lajeado. A vegetação municipal está localizada na região fitoecológica do Cerrado, onde é caracterizada como vegetação xeromorfa aberta, dominada e marcada por um estrato herbáceo, pois, a regionalização climática é considerada úmida e com moderada deficiência hídrica no inverno, a evapotranspiração potencial média anual é de 1.500 mm, distribuindo-se no verão em torno de 420 mm, ao longo de três meses consecutivos com temperatura mais elevada (SEPLAN, 2012).

O gentílico é considerado portuense e de acordo com o Censo de 2010, há no município de Porto Nacional 49.146 habitantes, com a área territorial é de 4.449,917 km², assim, a densidade demográfica é de 11,04 hab./km². Sendo assim, a estimativa da população de 2016 é de 52.510 habitantes (IBGE, 2016).

As escolas da pesquisa estão no município de Porto Nacional conforme figura 1, uma na zona urbana e outra na zona rural.

Figura 1: Mapa de localização do município do Porto Nacional-TO.



Pertencendo a Diretoria de Ensino Regional de Porto Nacional-TO, o Colégio Estadual Marechal Artur da Costa e Silva, está localizado na Avenida São Paulo, s/n esquina com a TO-050, na zona urbana e a Escola Família Agrícola de Porto Nacional, está localizada na TO-255, km 03 na zona rural, no estado do Tocantins, conforme a figura 2 abaixo.

A presente pesquisa justifica-se pela relevante prática do trabalho de campo como mecanismo facilitador no processo de ensino-aprendizagem com os estudantes, aqui especificamente com estudantes do 8º ano, turmas 82.01 e 82.02 do ensino

fundamental no CCS, na zona urbana e com os estudantes da turma 82.01 na EFA na zona rural, escolas no município de Porto Nacional-TO, pela suposta carência de relação entre os subsídios dos livros didáticos e o Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins, com o trabalho de campo.

O trabalho desta pesquisa contou com a colaboração das equipes de professores, coordenadores e diretivas do CCS e da EFA, escolas no município de Porto Nacional-TO, além da cooperação e a participação dos estudantes. E a colaboração da Odebrecht Ambiental – Saneatins, empresa responsável pelo abastecimento e tratamento de água no município de Porto Nacional-TO, para a realização do trabalho de campo.

Desta maneira, a presente pesquisa buscou realizar um estudo comparativo das atividades elaboradas no trabalho de campo entre o CCS, na zona urbana e EFA na zona rural, escolas no município de Porto Nacional-TO, além de identificar o perfil dos estudantes das duas escolas, e a formação dos professores de Geografia nas escolas, como também, investigar no Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins a relação entre a teoria e prática nas aulas de Geografia, e levantar nos livros didáticos adotados pela escola se aparece ou é sugerido o trabalho de campo.

1.3.1. Espaço geográfico da pesquisa – Escola Família Agrícola de Porto Nacional - TO

As informações a seguir sobre a EFA encontram-se no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. A Escola Família Agrícola de Porto Nacional - TO pertence à rede CEFFAS (Centros de Formação Familiar por Alternância), é uma modalidade de Educação do Campo originada na França em 1935, que tem uma pedagogia própria – A Pedagogia da Alternância – e hoje está presente nos cinco continentes. Chegou ao Brasil em 1969 e atualmente estão em funcionamento em 21 estados, com um número aproximado de escola, com o objetivo de possibilitar a formação da juventude que repassariam aos pais os conhecimentos necessários para o desenvolvimento da comunidade local.

Em 1993 iniciaram-se as discussões envolvendo as comunidades camponesas, os poderes públicos e entidades ligadas ao campo, com o objetivo de implantar a escola. A COMSAÚDE, em parceria com a Secretaria Estadual e Municipal de Educação da

época, encaminhou quatro profissionais para fazer um curso de formação de 10 meses no Centro de Formação do MEPES, em Criciúma-ES. Enquanto isso, outra equipe trabalhou na zona rural discutindo com as famílias essa nova proposta de educação.

A Escola iniciou suas atividades em 31 de janeiro de 1994, com uma turma de trinta estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental e foi aumentando gradativamente uma turma a cada ano. Em 1996 foi criada a Associação de Apoio à Escola, em 1999 iniciou-se o Ensino Médio Básico, em 2003 a Educação Profissional com o Curso Técnico em Agropecuária e, em 2009, o Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária.

O primeiro gestor foi o prof. Erialdo Augusto Pereira, indicado pela COMSAÚDE, que permaneceu na direção até 2004 sendo posteriormente substituído pelo professor Hermes Antonio Lopes, que eleito pelo voto direto, dirigiu a escola durante o ano letivo de 2005. Após nova eleição a professora Deusina Ribeiro dos Reis Pereira assumiu no biênio 2006/2007, sendo reeleita para o biênio seguinte. Todos foram nomeados pela Secretaria Estadual de Educação e Cultura.

Em 2011, patrocinado pela PETROBRAS, foi implantado o projeto CEJAF - Centro de Capacitação de Jovens da Agricultura Familiar, que efetivou o plano do projeto Cadeias Produtivas na Agricultura Familiar, que abriu oportunidades de capacitação e aquisição de bens necessários ao melhor funcionamento da Unidade de Ensino com término em outubro/2015. Porém o centro de capacitação deverá continuar ofertando capacitações aos jovens e agricultores.

A estrutura física do prédio da EFA está distribuída em: uma quadra poliesportiva, sete salas de aula, uma biblioteca, uma sala dos professores, uma coordenação pedagógica, uma coordenação agrária, uma sala da diretoria, uma sala de informática, uma sala de vídeo, uma secretaria, dez dormitórios, uma sala de monitoria, três depósitos, seis banheiros, uma cozinha-refeitório, uma rádio escola, uma sala agroindústria, um abatedouro de frango, um salão, um galpão, um curral, um chiqueiro (suinocultura).

Os alunos e funcionários utilizam um caminhão e um trator para auxiliá-los nas atividades decorridas durante a semana. Assim como também, o ônibus que buscam os alunos na rodoviária ou assentamentos próximos e o carro de passeio que os levam para

o hospital, ambulatórios ou assuntos administrativos, por exemplo. Tais automóveis fazem parte dos bens da escola.

Para o auxílio no desenvolvimento das aulas a escola possui os recursos didáticos como, mapas, globos terrestre, vídeo aulas, livros de apoio e revistas. Além dos recursos tecnológicos como seis projetores, quatro caixas de som, uma televisão, vinte computadores, internet, quatro microfones e uma mesa de som.

No quadro de servidores da EFA possui cinquenta e dois funcionários, onde trinta e oito constituem as funções como na diretoria, secretárias, coordenação (pedagógico, projetos, tecnologias), professores remanejados de suas funções, além de doze professores regentes.

Estão matriculados 400 alunos na escola, suas atividades estão distribuídas em três períodos, manhã, tarde e noite. Porém, o aluno tem na sua rotina diária os afazeres iniciais como arrumar a cama cuidar da organização do quarto e banheiro sua higiene pessoal, desta forma levanta às 5:30h, mas o início da aula são às 7:15h. O período da tarde inicia-se às 13:15h e no período da noite a aula finaliza às 22h, e tem que recolher-se até às 22:30h.

1.3.2. Espaço geográfico da pesquisa – Colégio Estadual Marechal Artur da Costa e Silva

A seguir o trecho do PPP 2016 do CCS expõem o relato da formação da Unidade Escolar. Em 1968 a escola “Dom Palha”, como era denominada naquela época, iniciou suas atividades em um galpão coberto de palha. O trabalho desenvolvido era pautado no processo de alfabetização das crianças do bairro. No quadro funcional destacamos a primeira professora a Dinorah Costa Andrade e a primeira merendeira Albertina Alves Guimarães.

Em 1970, o Prefeito Olegário José de Oliveira municipalizou a Instituição inaugurado o prédio do colégio composto de três salas de aulas que funcionavam turmas de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental em regime intermediário e a frente dos trabalhos estava a primeira Diretora Dinorah Costa Andrade. No ano seguinte, em 1971, a Unidade Escolar passou a pertencer ao Estado, agregando o Ensino Fundamental completo. Neste ano, além das transformações ocorridas na estrutura física a escola passa a ser denominada como Unidade Escolar Marechal Artur da Costa e Silva em

referência ao atual presidente. No ano de 1975 foi realizada a primeira formatura da quarta série, evento que muito elevou o nome da escola e foi motivo de orgulho para a comunidade local.

Após inúmeras reivindicações a escola conseguiu em 1980 a ampliação tão sonhada e desejada: 6 salas de aulas, sala administrativa, cantina, biblioteca, uma secretaria e 2 banheiros. Em 1982 foi implantado o 1º grau completo (1ª a 8ª série).

Em 1983 houve uma nova reforma com ampliação e a construção de um pavilhão. A primeira formatura da 8ª série ocorreu em 1985, ação que engrandeceu e despertou tanto nos funcionários como em membros da comunidade local a sensação de orgulho e reconhecimento pelos trabalhos realizados.

O trabalho pedagógico desta escola sempre foi marcado pela busca contínua da formação de alunos pensantes, conscientes e lutadores pelos seus direitos. Esta característica evidenciou-se na década de 90 quando era comum a participação dos estudantes nas decisões da escola e em movimentos sociais que ora afloravam no município por meio de protestos pelas ruas, com movimentos organizados, pedindo a reforma do prédio que se encontrava em estado precário.

Um marco importante na história da Unidade Escolar Marechal Artur da Costa e Silva foi a eleição direta para diretor ocorrida em 1994, característica da maior prova de democracia da comunidade. Tal processo foi realizado com registro da chapa, campanhas, votação, apuração e posse. O acontecimento mobilizou toda a comunidade escolar e local proporcionando um envolvimento total da sociedade na vida da escola que após a eleição passou a participar com mais frequência e interesse das ações desenvolvidas. Desta forma a senhora Maria Eunete Guimarães Tavares foi eleita pelo voto direto, porém seu mandato durou apenas um ano, de março de 1994 a janeiro de 1995 quando a sua gestão foi interrompida com a queda do Estatuto do Magistério que garantia este direito à comunidade.

Este curto período foi marcado pela busca da democracia e apesar da grande dificuldade financeira a comunidade participava diretamente das decisões, colaborava com o trabalho em regime de mutirão e doação de materiais construindo uma administração participativa, também promovendo o exercício da cidadania e contribuindo na formação intelectual, social e política do educando.

Para melhor fortalecer a gestão escolar foi criada a Associação de Apoio à Escola em 1995, na Gestão do professor Palmeron Tavares. E no ano seguinte a biblioteca “A Caminho do Saber” teve seu espaço físico ampliado juntamente com o acervo bibliográfico o que proporcionou melhores condições de ensino-aprendizagem para a comunidade local.

Já em 1997 a U.E. conquistou um grande avanço com a implantação do Curso Normal (2º grau), aumentando o número de alunos e funcionários e conseqüentemente a aquisição de novos materiais didáticos e pedagógicos.

Em atendimento aos anseios e necessidades da comunidade local em 1998 iniciou-se o Curso Médio Básico e, em 1999 houve a conclusão do Curso Normal e também sua extinção do Colégio. Nesse mesmo ano iniciou o Projeto Reviver II Período que teve duração de um ano, sendo substituído pela EJA II, que permanece até os dias atuais, porém atendendo apenas o III segmento. Ainda nesse mesmo ano aconteceu a conclusão da 1ª turma do Médio Básico.

A partir de 2000 inicia uma nova era na história do CCS, marcada pela tão sonhada reforma. A escola foi entregue a comunidade em cinco de agosto de 2000 com nove salas de aulas, uma sala de vídeo, uma sala para biblioteca, uma cantina, uma quadra poliesportiva, cinco salas administrativas, sendo três com banheiros.

O corpo docente, discente, administrativo e comunidade, motivados pelo o novo espaço físico, construíram um novo projeto de trabalho definido pelo Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) com novas metodologias, priorizando subprojetos e a interdisciplinaridade, bem como o trabalho em equipe.

A estrutura física do prédio do CCS está distribuída em: uma quadra poliesportiva coberta, sete salas de aula, uma biblioteca, uma sala dos professores, uma sala de planejamento, uma coordenação pedagógica, uma sala para orientação vocacional, uma sala da diretoria, uma sala de informática, uma sala de vídeo, um almoxarifado, seis banheiros, uma cantina, uma sala administrativa e um depósito e uma sala para rádio escola.

No auxílio do desenvolvimento das aulas práticas e teóricas a escola também possui os recursos didáticos como, mapas, globos terrestre, vídeo aulas, livros de apoio e revistas. Além dos recursos tecnológicos como seis projetores, quatro caixas de som,

uma televisão, vinte computadores, internet, quatro microfones, uma mesa de som e uma lousa digital.

O quadro de servidores do CCS possui cinquenta e seis funcionários, onde trinta e três constituem as funções de diretora, secretárias, coordenadores (pedagógico, projetos, tecnologias), professores remanejados de suas funções, apoio aos serviços gerais (ASG), guardas, além de dezoito professores regentes.

Os 378 alunos matriculados na escola têm a possibilidade de estudar em três períodos. Pela manhã, matutino, 7h às 11:15h, o vespertino, a tarde das 13h às 17:15h e pela noite, noturno, das 19h às 22:12h.

A seguir apresentamos o mapa de localização do CCS e EFA.

Figura 2: Mapa de localização do Colégio Estadual Marechal Artur da Costa e Silva e Escola Família Agrícola de Porto Nacional.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO

TOCANTINS



PORTO NACIONAL-TO

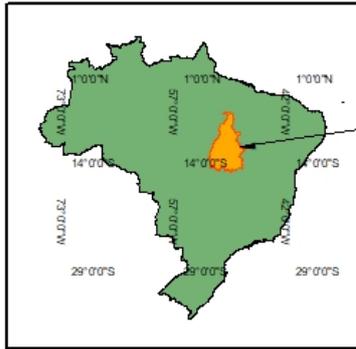
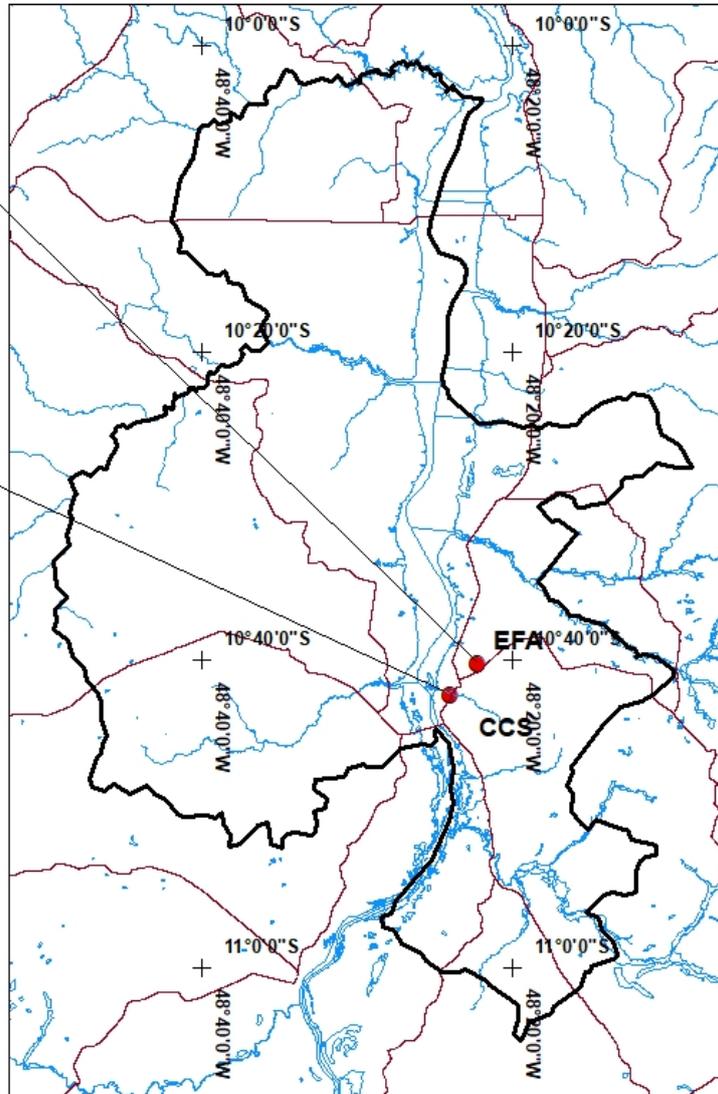


Foto 1:
Escola Família Agrícola de Porto Nacional-TO



Foto 2:
Colégio Est. Marechal Artur da Costa e Silva



Legenda

- BRASIL
- TOCANTINS
- PORTO NACIONAL-TO
- DELIMITAÇÃO DO MUL. DE PORTO NACIONAL-TO

- RODOVIAS
- HIDROGRAFIA

- ESCOLAS EM ESTUDO
- EFA- Escola Família Agrícola de Porto Nacional-TO
- CCS- Colégio Estadual Marechal Artur da Costa e Silva

FONTE: IBGE 2013; BING MAPS.
ORGANIZAÇÃO E EDIÇÃO: SOARES, Edna de Jesus, 2016.



Capítulo II

2. Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins e o livro didático de Geografia

Neste capítulo abordamos o Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins e o livro didático de Geografia na busca de conhecermos como estes dois instrumentos tratam o trabalho de campo.

Nos anos de 1998, o Ministério da Educação (MEC) fez chegar até as escolas em todo o Brasil os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental. Nas escolas os PCNs serviram de base para orientar o trabalho pedagógico dos docentes e notou-se que nos meios acadêmicos, professores e pesquisadores das mais diversas áreas o viam, no mínimo, como suspeito, esta proposta, indicando que a mesma possuía um cunho tecnicista e neoliberal.

Seguido a implantação dos PCNs, cada estado da União tendo como referência os próprios PCNs elaboram os referenciais curriculares para os Ensinos Fundamental e Médio de todo o país. Assim o estado do Tocantins constrói seu Referencial Curricular para o Ensino Fundamental (5º ao 6º ano).

E não podemos dissociar esta construção de outro instrumento utilizado na escola que é o livro didático. Pois as propostas do Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins vão ou não ao encontro do livro didático e ainda o próprio livro didático é um instrumento sobremaneira usado na sala de aula no Tocantins.

2.1. O Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins

O Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins, afirma que tem como intuito, explicitar uma concepção teórica e metodológica sobre o processo educativo que oriente o sistema estadual de ensino. Tendo em vista que na educação nada é definitivo, tudo está em processo e necessita de constantes avaliações e atualizações (TOCANTINS, 2009, pág.13).

Foram incorporados ao Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins, os temas transversais, como meio ambiente,

apontando que no objeto da área ambiental, a escola deverá considerar as relações sociais, econômicas e culturais do ser humano com o meio ambiente e estabelecendo metas para o crescimento cultural, a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental sustentável. Enfatizando a participação política e social do aluno e o compromisso educativo com a construção da cidadania (TOCANTINS, 2009, pág. 21).

A avaliação no Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins está organizada de acordo com as dimensões avaliativas que se referem ao processo da avaliação como ferramenta que possibilita ao educando na construção e transformação do ensino-aprendizagem (BRASIL, pág. 28, 2009). E desta maneira, permite que o educador possa seguir diferentes critérios e possibilidades como o das atividades diversificadas como trabalho de campo, intercâmbio cultural, pesquisa científica oficina e leitura, desenvolvimento de projetos e entre outros (TOCANTINS, 2009, pág. 32).

O Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins (2009, pág. 131) aponta que os objetivos essenciais no Ensino Fundamental é de conhecer a organização do espaço geográfico, identificar e avaliar as ações dos seres humanos em sociedade, compreender a espacialidade e a temporalidade, utilizar a linguagem cartográfica e entre outros. Assim o eixo norteador espaço geográfico, possa ser trabalhado seguindo os princípios teóricos da ciência geográfica, observação, descrição, experimentação, analogia e síntese.

Neste referencial o ensino e aprendizagem são divididos em eixos, como espaço geográfico, meio ambiente, paisagem e sociedade na disciplina de Geografia. As competências são de compreender os fenômenos físicos responsáveis pela formação e estrutura da Terra. As habilidades variam de acordo com os quatro bimestres, dentre elas é utilizar a observação e a descrição para identificar diferentes paisagens, conhecer a estrutura e a dinâmica da Terra, perceber que os impactos ambientais locais são resultantes de vários impactos localizados e identificar e analisar as razões dos conflitos étnicos.

Na mesma forma, o Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins divide os conteúdos em quatro bimestres, entre eles estão a Geografia do Tocantins, as placas tectônicas, os problemas ambientais urbanos e as principais fontes de energia.

Aqui queremos contribuir com um olhar crítico sobre o Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins. O referencial está em conformidade com a Constituição Federal, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com as Diretrizes Curriculares Nacionais, com a Legislação Estadual e tendo como referência teórica principal os Parâmetros Curriculares Nacionais, tem como objetivo explicitar uma concepção teórica e metodológica sobre o processo educativo que oriente o sistema estadual de ensino, sendo um referencial de apoio na elaboração do Projeto Político Pedagógico de cada unidade escolar.

No entanto, o trabalho de discussão não se esgota com a conclusão da elaboração do Referencial, visto que na educação nada é definitivo, tudo está em processo e necessita de constantes avaliações e atualizações.

Ao longo da história, a escola assumiu diferentes papéis na formação do homem e da sociedade de acordo com a realidade de cada época. No Brasil, a escola foi por muito tempo um lugar privilegiado destinado a elite brasileira. Hoje, porém, com o reconhecimento da educação como uma das condições essenciais para o desenvolvimento do país, a escola pública tornou-se abrangente, tendo como princípio legal, oferecer a todos os brasileiros igualdade de condições para o acesso e permanência com sucesso na escola.

Atualmente (século XXI), o grande desafio da escola pública brasileira ainda é assegurar a todos uma educação de qualidade, de modo a oferecer uma instrumentalização científica, técnica, crítica e criativa para que a escola possa cumprir com a sua responsabilidade social que é a formação plena do educando e a construção de uma sociedade justa e solidária, conforme determina a Constituição Brasileira em seu Art. 205 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-9.394/96), que em seu artigo 2º afirma: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Assim, cabe a escola cumprir a função de formar cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade para assumirem de fato um papel ativo na transformação da sociedade

Isso requer que a escola, numa interação dinâmica com os pais e a comunidade, seja um espaço de formação e informação e, que sua prática crie possibilidades e

condições para que todos os seus alunos desenvolvam habilidades e competências e aprendam conteúdos significativos para interagir com a realidade.

É função da Escola pública do Tocantins apropriar-se de uma postura transformadora que responda aos anseios da sociedade por um ensino de qualidade para todos, pressupondo uma vivência democrática fundamentada no respeito à diversidade cultural e na convivência com o meio, tendo a cidadania como direção maior no processo formativo valorizando fatos, conceitos, princípios, procedimentos e atitudes necessários à formação de um cidadão que possa atuar com autonomia e competência na construção de uma sociedade justa e igualitária.

A escola deve assumir, como uma das suas principais tarefas, o trabalho de refletir sobre sua intencionalidade educativa, visto que a construção de um Projeto Político Pedagógico envolve uma profunda reflexão coletiva sobre a prática pedagógica, a realidade da escola e a sua comunidade. Neste enfoque toda a equipe escolar, a partir de um diagnóstico, discute, propõe e definem metas, ações e prioridades com a intenção de buscar caminhos para superar os entraves e contemplar ideais possíveis de serem realizados, aproximando o ensino das necessidades dos alunos (TOCANTINS, 2009, pág. 20).

O Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins (2009, pág. 20) afirma que o Projeto Político Pedagógico da Escola:

É um instrumento que deve refletir a realidade da escola, apresentando as finalidades, concepções e diretrizes, a partir das quais se origina todas as outras ações da escola, tornando-se um norteador da ação pedagógica e também um elemento de integração e articulação da comunidade escolar e local. Sua construção coletiva confere a escola uma identidade peculiar, autonomia e gestão democrática, visto que existe um comprometimento estabelecido coletivamente. Implica, portanto, um fortalecimento da escola na concretização das ações educativas que foram definidas.

Dessa forma, o Referencial Curricular do Estado é um documento de caráter pedagógico geral para orientar seu sistema de ensino e deve ser visto pela escola como um referencial na elaboração e execução de seu Projeto Político Pedagógico, mas que seja com autonomia, pois:

Nesta visão o professor contribui para a aprendizagem e desenvolvimento do aluno como mediador e facilitador do processo por meio de intervenção pedagógica, realizada a partir de ações intencionais, conscientes, dirigidas para um fim específico de propiciar a instrumentalização básica do aluno de modo que permita que este conheça, de forma crítica, a realidade social e que, a partir deste conhecimento, haja a promoção do desenvolvimento individual (FACCI, 1998, pág. 26).

A sala de aula é um laboratório para a prática pedagógica e a aprendizagem do educador. É o seu fazer pedagógico que intensificará a inter-relação com os alunos, começando de onde eles estão, possibilitando-os estabelecerem uma aprendizagem significativa, como um novo ponto de partida para seu trabalho, e assim entender e usufruir do verdadeiro sentido da avaliação escolar.

No tocante a avaliação, os critérios de avaliação indicam as expectativas que se quer alcançar com a aprendizagem dos alunos, considerando as competências e habilidades propostas para cada área de conhecimento, de modo a refletir sobre os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, de forma que os critérios refiram-se ao que é essencial, fundamental e indispensável para que o aluno possa continuar aprendendo, lembrando “[...] que o período de escola é um período de desenvolvimento intelectual do aluno em que ele precisa se preparar para entender a linguagem em contexto, os mais diversos [...]” (MORETTO, 2002, pág. 51).

São necessários alguns critérios avaliativos ao professor (TOCANTINS, 2009, pág. 20):

- Ter clara a concepção utilizada como suporte da prática pedagógica;
- Planejar as suas aulas cotidianamente;
- Reelaborar e atualizar seus conhecimentos;
- Estabelecer com clareza o que será avaliado;
- Selecionar e comunicar aos alunos as técnicas e instrumentos de avaliação a serem utilizados;
- Dar ao aluno o direito de questionar, duvidar e errar;
- Considerar o erro como um dos indicadores do nível de aprendizagem;
- Fazer intervenções em tempo hábil;
- Valorizar os acertos dos alunos, incentivando e elevando sua auto-estima;
- Registrar os resultados da avaliação para acompanhamento e progressão do aluno;
- Explicar previamente ao aluno o que se espera dele ao final de cada atividade proposta;
- Iniciar cada atividade, levantando os conhecimentos prévios dos alunos sobre o assunto que será tratado;
- Estimular e incentivar os alunos a superar os desafios;
- Diagnosticar os avanços e dificuldades dos alunos,

propondo atividades de recuperação paralela; - Valorizar e respeitar o ritmo de aprendizagem dos alunos; - Promover a auto-avaliação do aluno, estabelecendo critérios que possibilitem a confiança mútua.

2.2. Reflexão sobre o Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins para o ensino de Geografia no ensino fundamental

Ao analisarmos o Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins para o ensino de Geografia no ensino fundamental, tentamos apontar seus pontos positivos e aqueles que precisam ser repensados, e ainda como o referencial é utilizado nas escolas da pesquisa.

Vários são os conceitos encontrados para o termo Competência, porém, nas diferentes palavras, um significado comum, competência é o agir com eficiência, utilizando-se dos conhecimentos, valores e vivências adquiridas para enfrentamento de situações reais.

A ideia de competência é abrangente e refere-se a atributos intelectuais, cognitivos, afetivos e sociais. A educação disponibilizará ao aluno a formação de seu senso crítico, o que o tornará atuante na sociedade. A escola instiga aos alunos desenvolver a capacidade de se articular, relacionar os diferentes saberes, conhecimentos, atitudes e valores construídos por intermédio da vivência e por meio de conhecimentos específicos de cada área e que possibilitem ao educando agir eficientemente em determinadas situações variadas da vida. O domínio cognitivo que se realiza por meio de operações sobre o conhecimento produzido pela sociedade é que fundamenta as ações das pessoas como indivíduos e como profissionais. (TOCANTINS, 2009, pág. 24).

Essa articulação e relação se constroem a partir da necessidade da vida diária, das emoções e do enfrentamento das situações desafiadoras.

Competência é a capacidade que as pessoas desenvolvem de articular, relacionar, os diferentes saberes, conhecimentos, atitudes e valores, constituídos por intermédio a de sua vivência e por meio dos conhecimentos construídos na escola. Essa articulação e relação se constroem a partir da necessidade da vida diária, das emoções e dos enfrentamentos das situações desafiadoras com as quais temos que dialogar (CRUZ, 2001, pág. 29).

A competência implica, portanto, operacionalizar e mobilizar saberes, atitudes e valores. É a ação cognitiva afetiva e social que se torna visível em prática e ações que se exercem sobre o conhecimento, sobre o outro e sobre a realidade. A habilidade, ou o saber fazer, são os componentes que, articulados, geram competências. Por ser o conhecimento algo dinâmico e infinito, as competências adquiridas geram novos saberes e habilidades que, mobilizados, desenvolvem novas competências.

Ao tratarmos de competência neste momento o fazemos por que a leitura crítica do Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins, perpassa pelo entendimento de que o referencial ao apontar a necessidade do mesmo indica que o problema da aprendizagem está relacionada ao desenvolvimento de competências e habilidades na educação básica. Neste sentido perguntamos: Quais são os argumentos para a defesa de um currículo comprometido com o desenvolvimento de competências e habilidades na educação básica?

Sabemos que os PCNs trouxeram esse debate das competências, o que verificamos é que no Referencial Curricular de Geografia no Tocantins no ensino fundamental as competências e as habilidades aparecem como procedimentos de ensino, diferenciando-se do conceito de competência conforme formulado na parte geral dos PCNs.

Outro ponto verificado no Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins ao apresentar os conteúdos, é que estes aparecem de forma seriada assim como também as competências. Essa forma seriada limita o trabalho docente ao regulamentar os conteúdos a serem trabalhados por cada série, conforme figura (3) abaixo.

GEOGRAFIA - 8º ANO - 1º BIMESTRE		
EIXOS: ESPAÇO GEOGRÁFICO – MEIO AMBIENTE, PAISAGEM E SOCIEDADE.		
COMPETÊNCIAS	HABILIDADES	CONTEÚDOS MÍNIMOS
Compreender os fenômenos físicos responsáveis pela formação e estrutura da Terra, a constituição dos continentes, sua distribuição espacial, os povos que habitam suas diferentes culturas, seu desenvolvimento econômico e tecnológico.	<p>Utilizar a observação e a descrição para identificar diferentes paisagens a partir da paisagem local e localizar a partir de referências espaciais e temporais.</p> <p>Perceber algumas semelhanças e diferenças sociais, econômicas e culturais, existentes em sua família, no seu grupo de convivência e em seu bairro.</p> <p>Analisar as diferenças entre os sistemas políticos econômicos: socialista e capitalista.</p> <p>Analisar as diferenças entre os sistemas políticos econômicos: socialista e capitalista.</p> <p>Identificar e compreender os blocos econômicos regionais e os potenciais polos de poder econômico.</p>	<p>Geográfico (Tocantins):</p> <p>Aspectos físicos, econômicos, político e culturais.</p> <p>Capitalismo x socialismo.</p> <p>Globalização.</p> <p>Formação dos Blocos econômicos.</p> <p>A Divisão Internacional do Trabalho e a divisão do mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos.</p>
		<p style="text-align: center;">8º ANO – 2º BIMESTRE</p> <p>Reconhecer como o desenvolvimento tecnológico está associado à globalização da economia, favorecendo a aproximação e o distanciamento das nações do mundo.</p> <p>Reconhecer e analisar os principais fatores de inclusão e exclusão no fluxo de globalização.</p> <p>Perceber que, apesar do termo, a globalização não abrange o mundo inteiro, permanecendo muitos lugares isolados e em estado de pobreza.</p> <p>Perceber que a marginalização não atinge apenas o mundo subdesenvolvido.</p> <p>Conhecer a Estrutura dinâmica da Terra.</p>
	<p style="text-align: center;">8º ANO – 3º BIMESTRE</p> <p>Reconhecer e utilizar da cartografia como um importante instrumento na identificação e localização dos lugares do mundo.</p> <p>Conhecer a divisão do mundo em continentes e regiões como forma de organização humana.</p> <p>Identificar o espaço geográfico como principal objeto de estudo da Geografia.</p> <p>Perceber a importância dos conhecimentos geográficos nas políticas de conservação/ preservação do meio ambiente.</p> <p>Perceber que os impactos ambientais locais são resultantes de vários impactos localizados, principalmente nos países desenvolvidos.</p> <p>Identificar a distribuição espacial das megacidades e das cidades globais e relacioná-las com a intensa desigualdade social existente no mundo.</p>	<p>Os continentes.</p> <p>Políticas ambientais e desenvolvimento sustentável.</p> <p>Os problemas ambientais urbanos e americanos.</p> <p>Urbanização e as cidades globais.</p>
	<p style="text-align: center;">8º ANO – 4º BIMESTRE</p> <p>Analisar os conflitos da América Latina.</p> <p>Identificar e analisar as razões dos conflitos étnicos, culturais e religiosos existentes no mundo atual, como fator de redefinição das fronteiras.</p> <p>Analisar os problemas relacionados à questão fundiária da América Latina.</p> <p>Perceber a importância dos meios de transporte e comunicação como mecanismo de relação internacional.</p> <p>Perceber a importância da energia para o desenvolvimento das atividades econômicas e a organização do espaço geográfico.</p>	<p>Os principais conflitos mundiais.</p> <p>A questão fundiária da América Latina.</p> <p>Circulação e comunicação na América Latina.</p> <p>As principais fontes de energia existentes no continente americano.</p>

Fonte: Referência Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins, 2009.

Outro elemento observado entre o referencial do Tocantins e os PCNs é que praticamente no referencial do Tocantins há trechos que são cópias ou poucas palavras foram modificadas com relação ao texto dos PCNs, não houve uma produção textual e teórica própria no Estado, claro lembrando que os PCNs deveriam servir de orientações.

No Referencial Curricular do Tocantins no item de sugestões para desenvolver habilidades e construir competências, aparece a sugestão de aula campo. Abaixo a transcrição conforme o documento (TOCANTINS, 2009, pág. 180):

Aula campo - Nada mais interessante para enriquecer o conteúdo da Geografia do que uma aula campo. A natureza ou o espaço socialmente construído servirá de laboratório para que possam observar e analisar como os homens produzem a sua vida e o seu espaço. A observação do espaço in loco, inserido num contexto social, econômico e cultural, leva os alunos a estabelecer as relações entre os conteúdos trabalhados em sala de aula e a sua visualização. Ficará claro que a aula campo não é um passeio, mas uma aula fora da sala que pode ocorrer nas imediações da escola, no centro da cidade, num centro de cultura, no campo, conforme o conteúdo que estiver trabalhando. Esta atividade terá objetivo a serem alcançados e os alunos deverão saber quais são para que possam observar, coletar dados, elaborar entrevistas e fazer amostras de materiais de forma mais objetiva.

O que concluímos é que o Referencial Curricular de Geografia do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins deixa a desejar no sentido teórico, não apresenta avanços e condiciona-se a seguir os PCNs.

2.3. O livro didático de Geografia

Alguns autores definem a Geografia como o estudo da superfície terrestre, tal concepção é a mais usual, pois esta definição do objeto de estudo da Geografia é a que se apropria da etimologia do termo Geografia. Para outros vão definir a ciência geográfica como o estudo da paisagem, que para esta análise geográfica é que mais se restringe a análise visível do real. E ainda para outros autores, a Geografia se limita ao estudo da individualidade dos lugares (MORAES, 2005, pág 31).

A tendência Lablanchiana e suas correntes descendentes passaram a chamar essa ciência de Geografia Tradicional, que apesar de valorizar o papel do homem como sujeito histórico, propunha-se na análise da organização do espaço como lugar e território, estudar as relações entre homens e natureza, muito mais como processos de adaptações.

No ensino, essa Geografia se traduziu e muitas vezes ainda se traduz pelo estudo descritivo das paisagens naturais e humanizadas, de forma dissociada dos sentimentos dos seres humanos pelo espaço. Os procedimentos didáticos

adotados promoviam principalmente a descrição do território e do lugar. Os alunos eram orientados a descrever, relacionar os fatos naturais e sociais, fazer analogias entre eles e elaborar suas generalizações ou sínteses. Explicá-las sim, porém, evitando qualquer forma de compreensão ou subjetividade que confundisse o observador com o objeto de análise, ensinava-se uma Geografia neutra (TOCANTINS, 2009, pág. 161).

Os métodos e as teorias da Geografia tradicional tornaram-se insuficientes para entender a complexidade do espaço e a simples descrição tornou-se incapaz como método, precisando realizar estudos voltados para a análise das ideologias políticas, econômicas e sociais (TOCANTINS, 2009, pág. 161).

A partir dos anos 60, sob influência das teorias marxistas, surge uma tendência crítica à Geografia Tradicional. Os geógrafos procuraram estudar a sociedade mediante as relações de trabalho e da apropriação humana da natureza para produzir e distribuir os bens necessários às condições materiais que a garantem, propondo a Geografia das denúncias e das lutas sociais, em um processo quase militante de importantes geógrafos brasileiros. Difundiu-se então a Geografia Marxista (TOCANTINS, 2009, pág. 161).

No ensino, essa Geografia se traduziu (e muitas vezes ainda se traduz) pelo estudo descritivo das paisagens naturais e humanizadas, de forma dissociada dos sentimentos dos homens pelo espaço. Os procedimentos didáticos adotados promoviam principalmente a descrição e a memorização dos elementos que compõem as paisagens como dimensão observável do território e do lugar. Os alunos eram orientados a descrever, relacionar os fatos naturais e sociais, fazer analogias entre eles e elaborar suas generalizações ou sínteses (TOCANTINS, 2009, pág. 161).

Explicá-las sim, porém evitando qualquer forma de compreensão ou subjetividade que confundisse o observador com o objeto de análise. Pretendia-se ensinar uma Geografia neutra. Essa perspectiva marcou também a produção dos livros didáticos até meados da década de 70 e muitos ainda apresentam em seu corpo ideias, interpretações ou até mesma expectativa de aprendizagem defendidas pela Geografia Tradicional (PCN, pág. 21, 2008).

Para Pereira(2009, pág. 31) o Manual do Professor no livro didático acabou se mostrando como ferramenta imprescindível para o preparo das aulas, e, por um lado que

facilitou a rotina do professor, também contribui para a diminuição da reflexão e análise de conteúdo pelos professores.

Em trabalho de dissertação Pina(2009) aponta que:

Em busca pelo banco de dados de livros escolares brasileiros (1810-2005) – LIVRES encontramos diante das datações, o provável primeiro livro didático de Geografia, publicado no Brasil em 1840, escrito por Pedro d'AlcantaraBellegarde, que tinha como título *Introdução corographica á Historia do Brasil* e destinava-se ao ensino primário. De acordo com Bittencourt (1993) esse livro foi o primeiro compêndio de Geografia que se tem notícia.

Ainda retomando a produção do livro didático na Geografia,

É importante destacar que desde meados da década de 1970 a Geografia Crítica, em especial, tem uma influência muito grande na elaboração dos livros didáticos e o que vem sendo questionado hoje é o fato desses livros elaborados numa concepção crítica estarem sendo utilizados numa concepção tradicionalista, contradizendo a fundamentação de tais livros. Discute-se, portanto, o fato de parte dos livros trazerem uma determinada concepção e serem utilizados a partir de outra (PINA,2009).

O livro didático constitui-se como um recurso relevante por ser um recurso dos mais utilizados e que sustenta, na prática, o trabalho pedagógico. O professor deve fazer uma análise do papel do livro-texto no processo de ensino e aprendizagem, de modo que ele seja visto como um dos recursos disponíveis e não único, pois caberá ao professor selecionar os conteúdos que contextualizem a realidade e as necessidades de seus alunos.

O educador pode utilizar os diversos recursos disponíveis na escola, tais como: tecnológicos - vídeo, retroprojeto, computador, episcópio, *microsistem*, entre outros; e os recursos didáticos: oficinas, seminários, músicas, uso de maquetes, uso dos programas da TV Escola, formação de salas ambientes etc., que se adequem à sua prática cotidiana (TOCANTINS, 2009, pág. 93).

2.4 A relação entre o ensino e o livro didático de Geografia nas escolas pesquisadas

O professor de Geografia ao construir sua prática pedagógica deve buscar a diversidade de recursos como apoio no processo da aprendizagem para a construção do conhecimento. Para além do livro didático é possível o uso de mapas, globo terrestre, gravuras, cartazes, uso de tecnologia como data show.

Alguns livros didáticos trazem a visão de quem o elabora, a visão de mundo do autor. E aí o cuidado do docente é primordial quando da utilização do livro didático para

que não seja trabalhado apenas os interesses da classe dominante, e com isso mascarando a real situação em que estamos vivendo ou a realidade vivenciada pelos alunos.

Ao professor cabe à tarefa de desvendar as contradições que estão presentes nos conteúdos apresentados pelo livro, como também com base em suas experiências usar o livro didático de forma que proporcione um conhecimento mais contextualizado e com análise crítica. Conforme Guimarães (1996, pág.66):

O uso do livro didático pode instrumentalizar o leitor para o estabelecimento de elos entre os diversos campos que o ato de investigação aciona no sujeito pensante: o campo conceitual, o campo metodológico, o campo cognitivo e o campo afetivo. Como se vê, discutir o uso do livro didático é, em última instância, discutir o ato de ler. Afinal, a leitura deve ser entendida não como um exercício mecânico, mas como produção de significados. Não como um processo meramente de recepção das idéias produzidas pelo autor. Ao contrário, como um processo ativo e criativo, onde autor e leitor estão em interação.

Para compreender a relação entre o ensino de Geografia e o uso do livro didático em sala de aula e se o livro traz como recomendação o trabalho de campo, fizemos uma análise do livro de geografia usado nas escolas e series da pesquisa.

O livro didático utilizado como ferramenta no CCS é o Geografia: Nos dias de hoje, dos autores Giardino *et al.* (2012). O material está organizado em onze capítulos, entre eles as fronteiras na atualidade, as dinâmicas populacionais no mundo, o desenvolvimento e as desigualdades entre os países, da geopolítica do pós-guerra à globalização.

Cada capítulo é organizado por tema e contém o conteúdo discutido seguido das atividades de fixação, além de dicas de livros, dicas de sites e cinema. Apresenta, clareza nos textos, gráficos, tabelas, mapas e imagens como recurso de interpretação do conteúdo.

As orientações metodológicas para o professor como roteiro de referências bibliográficas se apresenta de duas formas, a primeira como metodologia e prática de ensino de Geografia e a segunda como apoio ao trabalho pedagógico.

No fim do material de apoio ao professor o livro traz orientação à prática do trabalho de campo que diz:

Trabalho de campo ou coleta de informações: O trabalho de campo é extremamente valioso para o ensino da Geografia, pois inicia o aluno no universo da pesquisa e também permite trabalhar com as diversas habilidades e procedimentos. No trabalho de campo, alguns Projetos envolvem uma saída da sala de aula. O professor deve verificar se existe condições na escola e tempo para caracterizar a proposta (GIARDINO *et al.*2012).

O livro adotado pela EFA é o Geografia: Um olhar sobre o campo e a cidade de Giasantiet. *al.* (2012) da editora AJS. O recurso está dividido em quatro Unidades: A cidade e o campo, destinada à primeira, O processo de urbanização mundial e brasileiro designada à segunda, As cidades e o campo vistos por dentro e a qualidade de vida no campo é dedicada a terceira e a última, refere-se a Qualidade de vida na cidade e no campo.

Tais referidas Unidades estão divididas em quatorze capítulos, desta forma, na Unidade 1 Cidade e o campo, apresentam o Capítulo 1: Os espaços humanos o campo e a cidade e o Capítulo 2: O mundo rural e o campo contemporâneo. A Unidade 2 O processo de urbanização mundial e brasileiro, estão inseridos em Capítulo 3 As cidades na história, o Capítulo 4 A expansão urbana no mundo e o Capítulo 5 A urbanização brasileira. Na Unidade 3 As cidades e o campo vistos por dentro estão organizados em sequencia o Capítulo 6 Urbanidade: da cidade que temos para a cidade que queremos,o Capítulo 7 Crise urbana e riscos à urbanidade, o Capítulo 8 A circulação nas cidades e o Capítulo 9 Qualidade de vida no campo: um diagnóstico.

E a última unidade destinada a Qualidade de vida na cidade e no campo está destinada ao Capítulo 10, A cidade que queremos: as bases naturais, ao Capítulo 11, A cidade que queremos: edificações, infraestruturas, atividades econômicas,ao Capítulo 12, A cidade que queremos: mobilidade, encontro, interações sociais, ao Capítulo 13, A cidade que queremos: governança urbana e ao Capítulo 14 O campo que queremos: terra, trabalho, diretos.

Nas orientações didáticas ao professor o Manual do Professor está organizados em 4 capítulos. O Capítulo 1 destina-se aos Fundamentos teóricos e metodológicos, o Capítulo 2 refere-se à Avaliação da aprendizagem, o Capítulo 3 à Estrutura da coleção e o Capítulo 4 à Referencias Bibliográficas e o Capítulo 5 ao Volume do 8º ano.

A única reflexão ao trabalho de campo está no O Capítulo 2, na Avaliação da aprendizagem que expõe ao professor “O mundo é o seu laboratório”, onde Giasantiet. al. (2012, pág. 16) retrata que é uma:

Seção com sugestões para observações efetivas do cotidiano dos estudantes, permitindo ampliar capacidade de observação, registro, análise, comparação e avaliação crítica. São roteiros de observação, experiências, visitas, trabalhos de campo, construção de modelos, mapeamentos e outros.

Os livros didáticos utilizados pelos alunos não contemplam a relevância importância do trabalho de campo, além a fazer alusão de que a sua é uma atividade a ser realizada, mas não descreve nenhum auxílio ao professor ou mesmo descreve a metodologia com maior ênfase.

Os livros analisados não alertam para o fato de que o trabalho de camponãopode ser apenas uma atividade extracurricular, o uso inadequado do trabalho de campo tem sido bastante utilizado, com atividades que às vezes tem sido denominada por alguns professores como trabalho de campo, quando na verdade é apenas uma simples atividade recreativa.

Nenhuma das referências analisadas discute no mínimo uma orientação ao professor das etapas para a efetivação do trabalho de campo como: a preparação, a realização e os resultados/avaliação.

[...] o trabalho de campo vem a ser toda a atividade que proporciona a construção do conhecimento em ambiente externo ao das quatro paredes, através da concretização de experiências que promovam a observação, a percepção, o contato, o registro, a descrição e representação, a análise e reflexão crítica de uma dada realidade, bem como a elaboração conceitual como parte de um processo intelectual mais amplo, que é o ensino escolar. Ou, em decorrência de experiência mais recente vinculada à formação técnica, a observação e interpretação do espaço e suas formas de organização, inerentes à prática social (SILVA, A., 2002, p. 3)

O ensino fundamental nas salas de aula na rede pública, Tocantins é praticamente baseado no livro didático recebido do MEC, através do PNLD. Fazem-se necessárias outras fontes de saber. Por isso o trabalho de campo escolar como facilitado no processo de aprendizagem do aluno. O trabalho de campo permite um trabalho interdisciplinar, relacionando teoria e pratica.

È interessante a busca de ações pedagógico-didáticas, em uma renovada perspectiva, tendo como um dos recursos o trabalho de campo, para que as teorias

ministradas em sala de aula baseadas no livro-texto possam ser inter-relacionadas com a realidade vivida pelo cotidiano de cada aluno.

Capítulo III

3. O trabalho de campo como prática pedagógica em Geografia – um comparativo entre as escolas

3.1. Os sujeitos da pesquisa

Como mencionado no capítulo I os sujeitos da pesquisa são os estudantes da pesquisa a turma 82.01 e 82.1 do CCS e a turma EFA o 82.01. E os dois professores de Geografia das respectivas turmas como também o professor de Projetos da EFA, aqui traçamos um breve perfil dos sujeitos, analisamos o trabalho de campo aplicado nas respectivas turmas e identificamos as diferenças e semelhanças entre a atividade desenvolvida nas escolas.

A turma 82.01 do CCS, possui 24 alunos matriculados no período da manhã. No vespertino estuda a turma 82.02, com 16 alunos frequentes. A turma EFA possui somente uma turma 82.01 com 17 alunos inscritos nas aulas distribuídas nos três períodos, matutino, vespertino e noturno.

No CCS a professora de Geografia é formada em licenciatura desde 2006, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Sua carga horária é de 40 horas divididas, divididas em 8 horas de planejamento e 12 de livre docência.

O professor de Projetos na EFA também é formado em licenciatura em Geografia desde 2002 pela UFT. As suas atividades na Escola está atribuída em 40 horas semanais, ministrando a disciplina de Projetos e auxiliando a biblioteca.

E o professor de Geografia da EFA, também é formado pela UFT no curso licenciatura em História desde 2012. Exerce suas atividades em 40 horas na instituição de História e Geografia, além de contribuir como professor monitor, assistindo os alunos em atividades de rotina, em determinados dias, revessando com os colegas.

3.2. O trabalho de campo e a prática pedagógica

O trabalho de campo, como já abordamos é um instrumento importantíssimo para a construção do conhecimento geográfico no ensino formal, pois trata-se da realização de um trabalho empírico em que o professor utiliza da observação e da

experimentação para a coleta dos dados e informações, e assim atingir um conhecimento objetivo.

Quando o trabalho de campo é utilizado na prática pedagógica é necessário que os alunos já tenham aprendido em sala de aula os fundamentos teóricos para procederem corretamente o ato da observação e dos registros, conforme indicamos no Capítulo I os critérios empregados por Rodrigues e Otaviano (2012, pág. 37 a 41) para o trabalho de campo.

Acompanhamos o trabalho de campo nas duas escolas já apresentadas, CCS e EFA. Observamos a preparação, a realização e os resultados/avaliação. A seguir transcrevemos no formato de relato o que foi vivenciado nas atividades de trabalho de campo

3.2.1. Relatos da atividade de trabalho de campo CCS

O CCS está organizado em seu tempo de atividade em Tempo Aula e Tempo Oficina (CALDART *et al.* 2013, pág. 294), onde estudantes cursam as disciplinas com base no Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins e tem a possibilidade do trabalho de campo. Desta forma, a autora define o tempo aula, quando o aluno está adquirindo conhecimento através da aula teórica e o tempo oficina é caracterizado quando o aluno destina-se o tempo para elaborar as atividades.

No CCS é comemorado sempre com um projeto interdisciplinar a Semana do Meio Ambiente entre 30 de maio a 04 de junho. No tempo de observação na escola foi realizada uma atividade de trabalho de campo, que foi a visita ao Ribeirão São João, cujo tema da semana era Preservação do Meio Ambiente.

A semana do meio ambiente foi organizada com o tema da bacia hidrográfica do Ribeirão São João, que localiza-se a 30m da escola. Pôde-se observar que a professora contemplou os passos para a preparação do trabalho de campo estabelecendo critérios aos alunos (RODRIGUES E OTAVIANO, 2012, pág. 37 a 41):

- 1º) Definição dos Objetivos;
- 2º) Escolha do Local;
- 3º) Definição da data do calendário;

- 4º) Separação de recursos e materiais;
- 5º) Buscada interdisciplinaridade com as demais colegas;
- 6º) Contemplação de outros aspectos práticos, e
- 7º) Informação e motivação aos alunos.

Na preparação, as professoras de Geografia e de Biologia trabalharam em sala com as turmas 82.01 e 82.02 o conceito de bacia hidrográfica e sua dinâmica ambiental da seguinte forma: primeiro, aula teórica no laboratório de multimídia, depois utilização do Tempo Aula e na aula seguinte o trabalho de campo no Ribeirão São João, realizando o Tempo Oficina, conforme as figuras abaixo entre 4 e 7, excursão didática expositiva, de observação.

Figura 4: Laboratório de multimídias no CCS.



Autoria: Pâmela Farias Oliveira do Nascimento, 2016.

Figura 5: Momento da aula no CCS.



Autoria: Pâmela Farias Oliveira do Nascimento, 2016.

Figura 6: Canal do Ribeirão São João, CCS.



Autoria: Pâmela Farias Oliveira do Nascimento, 2016.

Figura 7: Trabalho de campo, canal do Ribeirão São João, CCS.



Autoria: Pâmela Farias Oliveira do Nascimento, 2016.

E noutro momento, também corresponde ao Tempo Oficina, a professora de Geografia solicitou a produção de um vídeo dos estudantes que contivessem relatos da comunidade sobre o Ribeirão, concluindo o trabalho. E a professora de biologia, solicitou um painel informativo sobre a importância da conservação e a preservação do Ribeirão São João contemplando os resultados e a avaliação.

3.2.2. Relatos dos acontecidos na EFA

Na EFA, os estudantes estão organizados na estrutura Tempo Escola e Tempo Comunidade (CALDART *et al.* 2013), onde permanecem na escola uma semana cumprindo suas atividades previstas de acordo com base no Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins, é o tempo Escola, e na semana seguinte retornam para a suas casas, é o tempo Comunidade. Prática conhecida como Pedagogia da Alternância.

A prática da pedagogia da alternância tem como objetivo principal dar a possibilidade para o estudante da educação em tempo integral envolver as famílias na educação dos filhos, fortalecer a prática do diálogo entre os diferentes fatores que participam dos processos de formação dos estudantes.

Tal prática proporciona a qualificação técnica aos estudantes camponeses/as com o intuito de fortalecer a agricultura camponesa - estudar e continuar no campo, contribuir nos trabalhos da propriedade familiar, desenvolver alternativas de permanência na terra, dessa forma, diminuir a migração campo/cidade. A alternância de período ajuda o aluno a conhecer e valorizar o seu modo de vida, a cultura local e despertar a consciência crítica, ampliando e valorizando os seus conhecimentos (JESUS, 2011).

A nossa observação nas atividades deu-se no início do segundo semestre quando iniciou o projeto interdisciplinar, esse projeto envolvia a temática de Preservação do Ambiente. No Tempo Aula, foram destinadas duas disciplinas para ser articuladas com os estudantes, Projeto e Geografia, em que os professores regentes das disciplinas ministraram as aulas com os conteúdos referentes a água, no primeiro momento conforme a figura 8. Os professores contemplaram os passos para a preparação do trabalho de campo estabelecendo critérios aos alunos com base no que estabelece Rodrigues e Otaviano (2012).

Figura 8: Tempo Aula, EFA.



Autoria: Pâmela Farias Oliveira do Nascimento, 2016.

Foi realizado comotrabalho de campo para os alunos da EFA a visita guiada ou técnica de reconhecimento e de descoberta (Rodrigues e Otaviano, 2012, pág. 38).No momento o professor de Projeto, acompanhou o trabalho de campo na Estação de Tratamento de Água- ETA, Odebrecht Ambiental – Saneatins, conforme as figuras9 e 10.

Figura 9: Trabalho de campo na Estação de Tratamento de Água-ETA, Odebrecht Ambiental – Saneatins, EFA.



Autoria: Pâmela Farias Oliveira do Nascimento, 2016.

Figura 10: Trabalho de campo na Estação de Tratamento de Água, tanques-ETA, Odebrecht Ambiental – Saneatins, EFA.



Autoria: Pâmela Farias Oliveira do Nascimento, 2016.

E num outro momento também, os educando da turma da EFA finalizaram o semestre na primeira quinzena de julho com a Semana da Cultura apresentando paródias e literatura de cordel com o tema água, discutido no bimestre, conforme as figuras 11 e 12.

Figura 11: Tempo Oficina, Semana da Cultura, paródia, EFA.



Autoria: Pâmela Farias Oliveira do Nascimento, 2016.

Figura 12: Tempo Oficina, Semana da Cultura, cordel, EFA.



Autoria: Pâmela Farias Oliveira do Nascimento, 2016.

E com a apresentação das análises dos dados e informações coletadas, além da avaliação/resultados do trabalho de campo, que é caracterizado pelo momento que se consolida os conhecimentos adquiridos e dá a possibilidade de se fazer um balanço dos aspectos negativos e positivos do trabalho de campo. Com a apresentação dos alunos, foi possível diagnosticar que nessa hora que se distingue uma excursão com fins didáticos a um passeio com objetivo apenas de lazer com o resultado das apresentações.

E com base na definição do Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins, afirma que:

Aula campo - Nada mais interessante para enriquecer o conteúdo da Geografia do que uma aula campo. A natureza ou o espaço socialmente construído servirá de laboratório para que possam observar e analisar como os homens produzem a sua vida e o seu espaço. A observação do espaço in loco, inserido num contexto social, econômico e cultural, leva os alunos a estabelecer as relações entre os conteúdos trabalhados em sala de aula e a sua

visualização. Ficará claro que a aula campo não é um passeio, mas uma aula fora da sala que pode ocorrer nas imediações da escola, no centro da cidade, num centro de cultura, no campo, conforme o conteúdo que estiver trabalhando. Esta atividade terá objetivos a serem alcançados e os alunos deverão saber quais são para que possam observar, coletar dados, elaborar entrevistas e fazer amostras de materiais de forma mais objetiva (BRASIL, 2009, pág. 140).

As duas unidades escolares cumpriram o roteiro proposto em seus planejamentos. A professora de Geografia levou as turmas 82.01 matutino e 82.02 vespertino, cada uma em seus respectivos períodos, ao Ribeirão São João para avaliarem as condições ambientais do canal, o mesmo tem sua importância, pois a escola está localizado a menos de 500 m. de distância e sua água é utilizada no sistema de tratamento para o abastecimento de água da cidade de Porto Nacional.

A proposta de roteiro da professora com os alunos, saída do interflúvio onde está situado o CCS percorrendo o trecho caminhado até o canal, para identificar o comportamento dos moradores com o Ribeirão: utilização da água como recurso natural, o uso da mesma para lavar roupa e louça, lançamento de resíduos sólidos e esgoto na água, a construção das moradias, condição do clima nas proximidades do canal.

Conforme já discutimos, o professor de Projeto acompanhou o trabalho de campo na Estação de Tratamento de Água - ETA, Odebrecht Ambiental – Saneatins. Como a ETA está localizada no Jardim Eldorado, os alunos foram até o local com o ônibus da escola. O professor reforçou discutindo a importância do trabalho de campo e o processo de seguir o roteiro de estudo que seria a base de dados para subsidiá-los no desenvolvimento da produção para o a Semana da Cultura.

A empresa ofereceu a técnica, para explicar sobre as etapas no processo de tratamento da água, assim como validar a importância da preservação e conservação da água quanto recurso vital para o nosso organismo, como também o uso do recurso natural para não utilizá-la de maneira desnecessária.

No Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins salienta a importância das atividades diversificadas, inclusive

quando tem subsidio da equipe pedagógica e os demais professores se tornando um processo multidisciplinar, desta forma salienta que:

São atividades que o professor poderá desenvolver ao longo do ano para contribuir na construção do conhecimento do aluno. Entre as atividades diversificadas podemos citar: aula campo, intercâmbio cultural, pesquisa científica, oficina de leitura, desenvolvimento de projetos científicos e outros. Ao desenvolver essas atividades, o professor da disciplina ou ano, juntamente com o coordenador pedagógico e o orientador educacional poderão trabalhar com registros diversos, individual ou em grupo, constando os rendimentos e dificuldades dos alunos diante de cada conteúdo trabalhado. As informações ou registros sobre o desempenho do aluno devem ser revistos sempre que for necessário, ao longo de todo o ano letivo (BRASIL, 2009, pág. 32).

Os procedimentos dos trabalhos de campo: motivar o estudo dos temas adotados estudá-los através dos elementos observados durante o trabalho de campo, a escolha do local foram contemplados pelas duas escolas de acordo com Rodrigues e Otaviano (2001, pág. 39).

Porém, para completar o estudo do tema que levou o trabalho de campo pela CCSa proximidade da escola com a escolha no local, foi o que mais pesou, não haveria como realizar o trabalho de campo caso fosse em local afastado da escola. Embora o PPP da escola considera que seja importante o trabalho de campo para o desenvolvimento dos alunos. A escola não disponibiliza recurso financeiro para as saídas com o ônibus. E assim, inviabiliza a saída aos trabalhos de campo para lugares distante, pois a professora não mais se disponibilizará a se comprometer com este curso com todas as turmas.

Na EFA os procedimentos dos trabalhos de campo foram contemplados sem limitações, pois tal prática é realizada em todos os semestres na disciplina de Projetos e Geografia. As aulas de Projeto destina-se ao professor auxiliar a disciplina de Geografia para motivar o estudo dos temas adotados, estudá-los através dos elementos observados durante o trabalho de campo, a escolha do local, referencial teórico até a elaboração da proposta avaliativa.

Os alunos do CCS produziram uma seleção de vídeo contendo conversas com a comunidade do Ribeirão São João, indagando sobre a utilização do recurso natural, a emissão o uso da mesma para lavar roupa e louça, lançamento de resíduos sólidos e

esgoto na água, a construção das moradias, condição do clima nas proximidades do canal e as mudanças que ocorreram ao longo do tempo na paisagem, clima e comportamento da água.

A Semana da Cultura da EFA é uma atividade em que se encerra o segundo bimestre da escola. Desta maneira, todas as turmas apresentam suas atividades elaboradas ao decorrer do bimestre com seus respectivos orientadores. A turma do 82.01 apresentou paródias (cantaram e dançaram) e literatura de cordel.

Além da observação aplicamos uma entrevista semi-estruturada e serviu para colher informações sobre o tema da pesquisa com os professores e alunos do CCS e da EFA. Além disso, foi possível estabelecer outras comparações das escolas.

As entrevistas aplicadas para os professores encontram-se nos anexos da pesquisa. As três primeiras questões do questionário respondidas pelos professores foram destinadas a sua formação e profissão já apresentadas no início do capítulo III, a partir da quarta questão pontuaremos aqui.

A quarta questão indagava se os professores costumam realizar no CCS o trabalho de campo com frequência?

Não, pois a escola não disponibiliza transporte. E isso contribui para as saídas do trabalho de campo ser esporádicas. (Professora CCS)

Sim, fazemos trabalhos de campo com roteiro e avaliações. (Professor da EFA A)

Sim, pois são em todos os bimestres que ministro a disciplina. (Professor da EFA B)

Nota-se uma contradição entre as escolas. A professorado CCS ao citar dificuldade de transporte precisa entender que o trabalho de campo necessariamente não em que ser distante do local da escola. Os trabalhos de campo são fundamentais para que o aluno observe e interprete a sua região, seu bairro, o entorno da sua escola, aqui lembrando que a temática abordada também influencia na possibilidade ou não da atividade ser desenvolvida nos arredores da escola. A escola tenta se fechar em seu próprio mundo, com suas regras, ritmos e tempos (DAYRELL, 1999), é preciso romper com essa perspectiva apenas.

Na quinta questão, indagamos se na Unidade Escolar costuma haver a prática do trabalho de campo com frequência?

Não, a limitação em fazer os trabalhos de campo, não se restringem as práticas de geografia, se estendem para as outras disciplinas.(Professora CCS)

Sim, devido a proposta da pedagogia escolar. (Professor da EFA A)

Sim, faz parte da rotina da escola os trabalhos de campo e está nas metas a cumprirem. (Professor da EFA B)

Quando indagados na sexta questão a respeito da Unidade Escolar subsidiar as práticas de trabalho de campo, as respostas foram que:

Não, o custeio do trabalho de campo fica por conta do professor (transporte, alimentação).(Professora CCS)

Sim, já está inserida dentro do PPP da escola esta prática de trabalho de campo.(Professor EFA A)

Sim, o transporte e a refeição são responsabilidade da escola. (Professor EFA B)

Nota-se com base nas respostas da quinta e sexta questão, que a EFA por ter um modelo e proposta pedagógica que possibilita a vivência maior do trabalho de campo, e o mesmo está inserido dentro do PPP da escola faz mais vezes, e utiliza de fato o trabalho de campo como método de ensino.

No tocante ao próximo questionamento, se em suas aulas práticas, outro funcionário costuma acompanhar os trabalhos de campo, as respostas da professora da CCS foi que esporadicamente outro funcionário acompanha os trabalhos de campo. Já os professores da EFA, apontaram que sim, que a coordenação pedagógica faz o acompanhamento.

Quando indagados na oitava questão do que poderia melhorar no trabalho de campo para facilitar o aprendizado em sala de aula, obtivemos as seguintes respostas:

O trabalho de campo é de suma importância, pois permite aos educando associar os conteúdos trabalhados em sala com a realidade, tornando-os algo mais palpável e interessante. Além de sair da rotina e de conhecer outros ambientes inerentes ao

cotidiano. No entanto, essa prática não é algo comum, pois a unidade escolar não conta com meios de transporte e nem disponibiliza recursos para arcar com as despesas se tornando algo inviável na maioria das vezes. Para melhorar e facilitar o aprendizado através do trabalho de campo seria primordial o apoio da equipe diretiva tanto no acompanhamento pessoal como logístico. (Professora CCS)

Mais participação dos estudantes e esforço dos mesmos para a aprendizagem.(Professor EFA A)

Ser com mais frequência para todas as disciplinas. (Professor EFA B)

Na nona e última questão indagamos sobre o que cada professor entende sobre por trabalho de campo. Foi proposital deixarmos para o final essa questão.

Entendo que o trabalho de campo é uma ferramenta utilizada pelo professor sempre que necessário com o objetivo de propiciar ao educando uma melhor compreensão e correlação dos conteúdos trabalhados em sala de aula e a sua real aplicabilidade na prática. (Professora do CCS)

Aula diferenciada com o intuito de mostrar outras realidades e saberes aos estudantes. (Professor do EFA A)

Entende-se que é uma aula, onde os estudantes colocam na prática o que aprenderam na teoria, ou seja, é uma aprendizagem mais correta. (Professor do EFA B)

A partir das respostas apresentadas pelos docentes reafirmamos que o trabalho de campo constitui uma metodologia que engloba a observação, a análise e a interpretação de fenômenos no local e nas condições onde eles ocorrem naturalmente.

A partir das semelhanças e diferenças nas atividades de trabalho de campo e nas respostas das entrevistas evidencia que o trabalho de campo quando utilizado como ferramenta pedagógica, permite ao estudante que esse deixar de ser um mero receptor de informações e passa a atuar, construindo seu conhecimento.

As dificuldades na execução da atividade de trabalho de campo e sua eficácia de ensino para dinamizar as aulas de Geografia e implementar a relação teoria e prática, também foi observado, sobretudo na escola CCS.

Em face de contribuição do trabalho de campo como facilitador do processo de ensino-aprendizagem da Geografia, o que defendemos nesta pesquisa, deve-se discutir a forma como este tipo de atividade esta sendo operacionalizada pelos professores da rede de ensino fundamental e médio. Entendemos que o trabalho de campo pode cumprir algumas funções:

Ilustrativa, cujo objetivo é ilustrar os vários conceitos vistos nas salas de aula; Motivadora, onde o objetivo é motivar o aluno a estudar determinado tema; treinadora, que visa a orientar a execução de uma habilidade técnica e geradora de problemas, que visa orientar o aluno para resolver ou propor um problema (COMPIANI E CARNEIRO, 1993, p. 90).

A seguir trazemos as respostas dos alunos da CCS quando indagados sobre aspectos do trabalho de campo, encontra-se nos adendos o questionário. Lembramos que no CCS foram duas turmas que realizaram trabalho de campo, ao todo responderam ao questionário 40 alunos. Dos alunos do CCS 4 responderam que moram na zona rural e 36 na zona urbana. Destes, seis consideraram que moram longe da escola.

Ao serem indagados sobre o local em que realizaram a atividade de trabalho de campo, a proximidade com o mesmo, quase todos afirmaram que moram próximo ao canal do Ribeirão São João, no entanto, 6 consideraram que moram longe.

Quando questionados sobre se o trabalho de campo contribuiu no seu conhecimento, todos afirmaram que o trabalho de campo contribuiu com seus conhecimentos. E dos 40 entrevistados 18 afirmaram que as aulas teóricas são mais eficientes para a sua aprendizagem do que os trabalhos de campo e o aluno considera debates como mais eficiente.

Sobre conhecer a importância do Ribeirão São João para o município de Porto Nacional, se acrescentou em seu conhecimento a partir da atividade de campo, todos afirmaram conhecer a importância do Ribeirão São João para o município de Porto Nacional.

Ao serem questionado diretamente sobre se na opinião deles, qual a contribuição do trabalho de campo para o conhecimento adquirido em sala de aula, todos afirmaram

que conhecer a importância da preservação e conservação do Ribeirão São João através do trabalho de campo contribuiu com o conhecimento adquirido em sala de aula.

Ao fim perguntamos o que poderia melhorar no trabalho de campo para a facilitar o aprendizado em sala de aula. Abaixo algumas respostas.

- Poderia ter mais aula de campo para o aprendizado melhorar as aulas.

-Não teve ônibus para levar a gente onde faz o abastecimento de água.

-Poderia ter mais aula a campo e a escola poderia alugar um ônibus para irmos na represa também nessa aula.

-Poderíamos ir em mais lugares, mais aula campo para apreendermos mais.

-A gente poderia completar o trabalho, mas não teve como porque a escola não disponibilizou o ônibus para gente. Ir a represa ver onde sai água que a gente bebe.

-Melhorar o transporte tem mais lanche tem mais aula campo e tem lanche para comer.

-Precisa melhorar o transporte para ir também para outro lugar visitar. E também ter mais campo em outro lugar diferente e também visitar a captação de água, e outros lugares melhores, e precisamos de um ônibus para ir em todos os lugares.

-Poderia ter mais campos, falta transporte, pois por causa do transporte inúmeras vezes devíamos de sair...falta mais explicação elaborada e comida ...

-A nossa escola está precisando de um transporte pra fazer nossos passeios... E de vez e quando levar um lanche para não ter como esperar e voltar com fome... E mais aula campo pelo menos 2 vezes na semana... E sempre bom ver novos lugares.

A seguir trazemos as respostas dos alunos da EFA quando indagados sobre aspectos do trabalho de campo. Ao todo responderam ao questionário 17 alunos. Todos os alunos afirmaram morar na zona rural, e longe da escola.

O trabalho de campo desenvolvido foi na estação de tratamento de água. Ao serem questionados se conheciam o sistema de tratamento de água, nenhum dos alunos conhecia sistema de tratamento de água do município de Porto Nacional.

Ao serem questionados sobre o trabalho de campo contribuiu no seu conhecimento, todos afirmaram que o trabalho de campo contribuiu sim. E quanto se perguntou se era eficiente para a aprendizagem, 13 afirmaram que as aulas teóricas são mais eficientes para a sua aprendizagem.

O trabalho de campo foi conhecer a importância do sistema de tratamento de água para o município de Porto Nacional, neste sentido todos afirmaram que conhecer a importância do sistema de tratamento de água para o município de Porto Nacional, e que isso acrescentou muita em seu conhecimento.

Na opinião desses alunos a contribuição do trabalho de campo para o conhecimento adquirido em sala de aula da sala foi importante, todos afirmaram que conhecer a importância da preservação e conservação da água através do trabalho de campo contribuiu muito no conhecimento adquirido em sala de aula da sala.

Ao fim perguntamos o que poderia melhorar no trabalho de campo para a facilitar o aprendizado em sala de aula. Abaixo algumas respostas

-Nada, foi muito legal ver a estação de tratamento da água.

-Nada, a professora da estação de tratamento explicou bem como a água fica limpa.

-Poderia ter ainda mais aulas fora da escola, para a gente aprender mais igual o professor falou.

-Queria mais aulas iguais a professora mostrou, água e as partes que vai ficando limpa e a floresta, o porquê temos que deixar perto, para preservar a água.

- Mais acompanhamento do professor monitor.

Após análise das respostas dos alunos fazemos algumas reflexões. O CCS ao não realizar várias atividades de campo desperta nos alunos o desejo de que elas aconteçam mais vezes, já na EFA, a escola que habitualmente já desenvolve a atividade de trabalho de campo, observamos que mais de 80% dos alunos disseram que o conhecimento teórico é mais eficiente para o conhecimento, mas que reconhecem a importância do trabalho de campo. Neste sentido pontuamos que o conhecimento teórico e o conhecimento prático, do trabalho de campo devem se complementar.

Fazer trabalho de campo representa, portanto, um momento do processo de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sob pena de tornar-se vazio de conteúdo, incapaz de contribuir para revelar a essência dos

fenômenos geográficos. Neste sentido, o trabalho de campo não pode ser mero exercício de observação da paisagem, mas parte desta para compreender a dinâmica do espaço geográfico, num processo mediado pelos conceitos geográficos. (ALENTEJADO E ROCHA-LEÃO, 2006, p. 57).

Neste sentido, os alunos precisam se envolver no trabalho para que possam se envolver mais, possam descrever, analisar, refletir sobre o que está sendo observado. Os trabalhos de campo não pode ser discurso, os alunos não podem ser ouvintes, este tipo de atividade precisa ser prática, os alunos não podem ser meros expectadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento geográfico na rede escolar é comumente centrado no discurso do professor, sendo o livro didático um dos principais recursos. As atividades desenvolvidas centram-se em aulas expositivas. Há necessidade de se vivenciar o seu espaço.

Desta forma, o trabalho de campo pode ser eficaz em sua proposta se precedido de uma discussão em sala de aula, das etapas necessárias à sua realização.

Para o processo ensino-aprendizagem, o trabalho de campo mostra-se como uma ferramenta pedagógica fundamental, que tem como principal intuito possibilitar aos estudantes observar e vivenciar na prática situações que muitas vezes são estudadas apenas em sala de aula. Desta maneira, as atividades práticas desenvolvidas no campo possibilitam reforçar e obter um melhor aproveitamento dos conteúdos estudados (AMORIM; FRATTOLILLO, 2009).

Com o comparativo das atividades realizadas no trabalho de campo do Colégio Estadual Marechal Artur da Costa e Silva e Escola Família Agrícola de Porto Nacional, ambas as escolas no município de Porto Nacional-TO pode-se notar que as duas unidades escolares cumpriram o roteiro proposto em seus planejamentos: preparação, a realização e os resultados/avaliação de acordo com Rodrigues e Otaviano (2012).

A professora de Geografia levou as turmas 82.01 matutino e 82.02 vespertino, cada uma em seus respectivos períodos, ao Ribeirão São João para avaliarem as condições dos impactos ambientais do canal, o mesmo tem sua importância, pois a escola está localizado a menos de 500 m. de distância e sua água é utilizada no sistema de tratamento para o abastecimento de água da cidade de Porto Nacional.

O roteiro proposto pela professora com os alunos, percorrer caminhado o trecho do CCS até o canal do rio para identificar o comportamento dos moradores com o Ribeirão São João. Posteriormente fez com que os alunos do CCS produzissem uma seleção de vídeo contemplando as conversas com a comunidade do Ribeirão São João.

Os procedimentos dos trabalhos de campo: motivar o estudo dos temas adotados estudá-los através dos elementos observados durante o trabalho de campo, foram

contemplados. Pode-se constatar que a EFA realizou a visita guiada fomentando a descoberta do tema água no trabalho de campo com os alunos.

Na Semana da Cultura da EFA, atividade em que se encerra o segundo bimestre da escola, as turmas apresentam com êxito o trabalho final, paródias (cantaram e dançaram) e literatura de cordel, no qual foram elaboradas ao decorrer do bimestre com base no trabalho de campo.

Diagnosticamos uma contradição entre as escolas. A professora da escola CCS ao relatar as dificuldades de transporte precisa entender que o trabalho de campo necessariamente não tem que ser distante do local da escola. Pode-se criar as possibilidades desenvolvendo as atividades nos arredores da escola. Dando margem para a escola estar mais próxima da comunidade.

Isto fica explícito quando perguntado se costuma haver a prática do trabalho de campo com frequência e foi afirmado que não. Pois, tal prática não é custeada pela escola tornando o custo de sua responsabilidade. Com os arredores da escola sendo explorado, ela não se dispõem do custo, porém a equipe pedagógica tem que auxiliá-la nesta prática nas saídas para o trabalho de campo, para o torna-lo seguro.

Com o posicionamento oposto da EFA, que possibilita a vivência maior da prática do trabalho de campo, pois e o mesmo está inserido dentro do PPP da escola o faz mais vezes, e utiliza de fato o trabalho de campo como método de ensino. Tendo recursos financeiro e apoio pedagógico.

Os resultados das entrevistas apontaram que o trabalho de campo quando utilizado como ferramenta pedagógica, permite ao estudante que deixa de ser um mero receptor de informações e passa a atuar, construindo seu conhecimento crítico.

Através dos relatos das entrevistas as dificuldades na execução da atividade de trabalho de campo e sua eficácia de ensino para dinamizar as aulas de Geografia e implementar a relação teoria e prática, também foi observado, sobretudo na escola CCS.

Em face de contribuição do trabalho de campo como facilitador do processo de ensino-aprendizagem da Geografia, o que defendemos nesta pesquisa, deve-se discutir a forma como este tipo de atividade esta sendo operacionalizada pelos professores da rede de ensino fundamental e médio. Entendemos que o trabalho de campo pode cumprir

algumas funções como, aponta Compiani e Carneiro (1993, p. 90), ilustrativa, cujo objetivo é ilustrar os vários conceitos vistos nas salas de aula; motivadora, onde o objetivo é motivar o aluno a estudar determinado tema; treinadora, que visa a orientar a execução de uma habilidade técnica e geradora de problemas, que visa orientar o aluno para resolver ou propor um problema.

E ao contrário do CCS que tem a dificuldade de realizar as atividades do trabalho de campo desperta nos alunos o desejo de que elas aconteçam mais vezes, já na EFA, a escola que habitualmente já desenvolve a atividade de trabalho de campo, observamos que mais de 80% dos alunos disseram que o conhecimento teórico é mais eficiente para o conhecimento, mas que reconhecem a importância do trabalho de campo.

Neste sentido, os alunos precisam se envolver nas atribuições das atividades do trabalho de campo, para que possam descrever, analisar, refletir sobre o que está sendo observado. Os trabalhos de campo não pode ter somente discurso, os alunos não podem ser somente ouvintes, este tipo de atividade precisa ser prática, extinguindo a possibilidade de os alunos serem meros expectadores, aguçando à capacidade da reflexão crítica.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo R. R. e ROCHA-LEÃO, Otávio M. Trabalho de Campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 84, p. 51-57. 2006.

ALVES, Márcia Brito Nery Alves; ALVES, Carley Rodrigues Aula de campo: ferramenta metodológica para leitura de mundo. IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. **Anais do Evento**. ISSN 1982-3657 1. Aracajú-SE, Set. 2010.

AMORIM, Leonardo.; FRATTOLILLO, Antonia. B. Rodrigues Trabalho de campo e prática de educação ambiental e geográfica. In: Encuentro de Geógrafos de America Latina, 12, 2009, Montevideo. **Anales del 12 do Encuentro de Geógrafos de America Latina: Caminando en una America Latina en transformación**. Montevideo, 2009. Disponível: www.egal2009.easyplanners.info/.../3196_Nunes_Amorim_Leonardo.pdf.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Geografia. Ensino Fundamental. Terceiro e quarto ciclos, Brasília: MEC/SEF, 1998.

CALDART, Roseli Salette. **Escola em movimento no Instituto de Educação Josué de Castro**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. Abordagem metodológica do trabalho de campo como prática pedagógica em Geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 15, n.2, maio./ago. 2011.

_____. Fundamentos históricos metodológicos da pesquisa de campo em geografia. **Geosul Florianópolis**, v. 26, 51, p.39-58, jan./jun.2011.

CAVALVANTI, Lana de Souza. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos**. Campinas, SP: Papirus, 2010.

_____. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

CORDEIRO. Joel Maciel PEREIRA; OLIVEIRA. Aldo Gonçalves de. A aula de campo em Geografia e suas contribuições para o processo de ensino-aprendizagem na escola. **Revista Geografia** (Londrina), v. 20, n. 2, p. 099-114, maio/ago. 2011.

COMPIANI, M. e CARNEIRO C. D. R. **Investigaciones y experiencias educativas: Os papeis didáticos das excursões geológicas**. Enseñanza de las Ciencias de la Tierra, p 90-97, 1993.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, Juarez (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999.

DE LA FONTE, Adriana Rodrigues de Souza. **O trabalho de campo em geografia: múltiplas dimensões espaciais e a escolarização de pessoas surdas**. 2012. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia – UFU Uberlândia, 2012.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor? Um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, da construtivismo e da psicologia vigotskiana**. Campinas: Autores Associados, 1998.

FIGUEIREDO, V. SILVA, G. 10º Encontro nacional de prática de ensino de geografia – ENPEG. A importância da aula de campo na prática em geografia. 2009. Porto Alegre, RS. [s.n.] GUIMARÃES, Raul Borges. Tecendo redes e lançando-as ao mar: o livro didático de geografia e o processo de leitura e escrita. In. **Em Aberto – O livro didático e qualidade de ensino**. Brasília: INEP, nº 69, ano 16, jan./fev., 1996.

FOUREZ, G. **A Construção das Ciências (Introdução à Filosofia e a Ética da Ciência)**, São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

GIARDINO, Cláudio; ORTEGA, Ligia; CHIANCA, RosalyBraga. **Geografia nos dias de hoje: 8º Ano**. Ed.Leya, 2012.

GIASANTI, Roberto; PADOVESI, Roberta; OLIVEIRA, Jaime. **Geografia um Olhar Sobre o Campo e a Cidade 8º Ano**. São Paulo: Ed.AJS, 2012.

GUIMARÃES, Raul Borges. Tecendo redes e lançando-as ao mar: o livro didático de Geografia e o processo de leitura e escrita. In. **Em Aberto – O livro didático e qualidade de ensino**. Brasília: INEP, nº 69, ano 16, jan./fev., 1996.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Cidades@**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=171820>> . Acessado em: em 11 de Jun. de 2016.

JESUS, José Novaes de. A pedagogia da alternância e o debate da educação no/do campo no estado de Goiás, **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 18, p. 07-20, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. 20. ed., São Paulo: Annablume, 2005.

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova: um momento privilegiado de estudo não um acerto de contas**. 2ªed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

NEVES, Karina Fernanda TravagimViturino. **Os trabalhos de campo no ensino de geografia: Reflexões sobre a prática docente na educação básica**. Ilhéus: Editus, p. 135-139, 2010.

OLIVEIRA, Andreia Alves de; PAZ, Otacílio Lopes de Souza da; RODRIQUES, Tamires Maria; FRICK, Elaine de Cácia de Lima. **A experiência da aula de campo: o ensino de geografia além da aula**, 2008.

PEREIRA, Elizabeth. O segundo grande elo. Atibaia – SP: Vivaluz Editora Espírita, 2013

PEREIRA, Robson da Silva. **A reflexão e a prática no ensino**. In: CANO. Márcio Rogério de Oliveira (org.). Geografia. São Paulo: Blucher, 2009.

PINA, Paula Priscila Gomes do Nascimento. **A relação entre o ensino e o uso do livro didático de Geografia**. João Pessoa, 2009. 104 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins – UFPB – João Pessoa, 2009.

PONTUSCHKA, NídiaNacib; PAGANELLI, TomokoIyda; CACETE, NúriaHanglei. **Para ensinar e aprender: Geografia**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RODRIGUES, A. B.; OTAVIANO, C. A. Guia Metodológico de Trabalho de campo em Geografia. Geografia, Londrina: v. 10, nº 1, p. 35-43, jan/jun. 2001.

RODRIGUES, Edivaldo. 2016. Disponível em: <<http://www.portonacional.to.gov.br/pagina-cidade-um-breve-historico-sobre-a-fundacao-e-emancipacao-politica-de-porto-nacional.html>>. Acesso em: 13 de ago.

SEPLAN. Superintendência de Planejamento e Gestão Central de Políticas Públicas. Diretoria de Zoneamento Ecológico Econômico – DZE – **Atlas do Tocantins: subsídios ao planejamento da gestão territorial**. 5ª ed. ver. atu. Palmas-TO: Seplan, 2012.

SILVA, A. M. R. da. **Trabalho de campo: prática “andante” de fazer Geografia**. 2002. Disponível em: <<http://wwweducacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/geografia/geo03.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2006. 2015.

STEFANELLO, Ana Clarissa. **Didática e avaliação da aprendizagem no ensino de geografia**. São Paulo: Saraiva, 2009.

TOCANTINS, **Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins: Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano**. 2ª edição / Secretaria de Estado da Educação e Cultura. – TO, 2009.

TOMAZ JUNIOR, Antonio. Trabalho de campo: o laboratório por excelência do geógrafo. In: **Geografia passo-a-passo: ensaios críticos dos anos**. Presidente Prudente: Centelha, 1992.

TOMITA, L.M.S. Trabalho de campo como instrumento de ensino em geografia in: Geografia: Revista do Departamento de Geociências. Universidade Estadual de Londrina. Vol. 08 nº. 01 p. 13-15, jan./jun. 1999.

ADENDOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL



Estou lhe fazendo um convite para responder estas questões. Pois as mesmas fazem parte da coleta de dados que terá como finalidade única de avaliar as aulas práticas de no campo do Colégio Estadual Marechal Artur da Costa e Silva. A pesquisa faz parte da Dissertação de Mestrado intitulada como: A contribuição do trabalho de campo como facilitador do processo de ensino-aprendizagem da Geografia responsabilidade da aluna Pâmela Farias Oliveira do Nascimento, Mestrado da Universidade Federal do Tocantins.

Turma: _____

Caso você estiver de acordo marque com um X a resposta de sua escolha.

1) Você mora na zona:

(A) Urbana

(B) Rural

2) Você considera que mora a qual distância da escola?

(A) Longe

(B) Perto

3) Você mora próximo ao canal do Ribeirão São João?

(A) Não

(B) Sim

4) O trabalho de campo contribuiu no seu conhecimento para a preservação do Meio Ambiente?

(A) Contribuiu

(B) Não contribuiu

(5) Quais metodologias ou técnicas de ensino são mais eficientes para a sua aprendizagem?

(A) Aulas Práticas

(B) Aulas Teóricas

(C) Debates

6) Conhecer a importância do Ribeirão São João para o município de Porto Nacional, acrescentou importância em seu conhecimento?

(A) Pouco acrescentou importância ao meu conhecimento.

(B) Nada acrescentou importância ao meu conhecimento.

(C) Muito acrescentou importância ao meu conhecimento.

7) Na sua opinião, qual a contribuição do trabalho de campo para o conhecimento adquirido em sala de aula?

(A) Conhecer a importância da preservação e conservação do Ribeirão São João.

(B) Foi indiferente conhecer aquela realidade.

(C) Não houve contribuição.

8) O que poderia melhorar no trabalho de campo para facilitar o aprendizado em sala de aula?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL



Estou lhe fazendo um convite para responder estas questões. Pois as mesmas fazem parte da coleta de dados que terá como finalidade única de avaliar as aulas práticas de no trabalho de campo da Escola Família Agrícola de Porto Nacional. A pesquisa faz parte da Dissertação de Mestrado intitulada como: A contribuição do trabalho de campo como facilitador do processo de ensino-aprendizagem da Geografia e responsabilidade da aluna Pâmela Farias Oliveira do Nascimento, Mestrado da Universidade Federal do Tocantins.

Turma: _____

Caso você estiver de acordo marque com um X a resposta de sua escolha.

1) Você mora na zona:

(A) Urbana

(B) Rural

2) Você considera que mora a qual distância da escola?

(A) Longe

(B) Perto

4) O trabalho de campo contribuiu no seu conhecimento para a preservação do Meio Ambiente?

(A) Contribuiu

(B) Não contribuiu

(5) Quais metodologias ou técnicas de ensino são mais eficientes para a sua aprendizagem?

(A) Aulas Práticas

(B) Aulas Teóricas

(C) Debates

3) Você conhecia o sistema de tratamento de água?

(A) Não

(B) Sim

6) Conhecer a importância do sistema de tratamento de água para o município de Porto Nacional-TO, acrescentou importância em seu conhecimento?

(A) Pouco acrescentou importância ao meu conhecimento.

(B) Nada acrescentou importância ao meu conhecimento.

(C) Muito acrescentou importância ao meu conhecimento.

7) Na sua opinião, qual a contribuição do trabalho de campo para o conhecimento adquirido em sala de aula da sala?

(A) Conhecer a importância da preservação e conservação da água.

(B) Foi indiferente conhecer aquela realidade.

(C) Não houve contribuição.

8) O que poderia melhorar no trabalho de campo para a facilitar o aprendizado em sala de aula?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL



QUESTIONÁRIO

Estou lhe fazendo um convite para responder estas questões. Pois as mesmas fazem parte da coleta de dados que terá como finalidade única de avaliar as aulas práticas de no campo do Colégio Estadual Marechal Artur da Costa e Silva. A pesquisa faz parte da Dissertação de Mestrado intitulada como: A contribuição do trabalho de campo como facilitador do processo de ensino-aprendizagem da Geografia responsabilidade da aluna Pâmela Farias Oliveira do Nascimento, Mestrado da Universidade Federal do Tocantins.

Professor

Caso você estiver de acordo marque com um X a resposta de sua escolha.

1) Em qual área é formada? Qual ano de sua formação?

2) Cite qual é a sua carga horária.

3) Qual função ocupa na Unidade Escolar?

4) Costuma fazer o trabalho de campo com frequência?

(5) Na Unidade Escolar costuma haver a prática do trabalho de campo com frequência?

6) A Unidade Escolar subsidia as práticas de trabalho de campo?

7) Em sua aulas práticas, outro funcionário costuma acompanhar os trabalhos de campo?

8) O que poderia melhorar no trabalho de campo para a facilitar o aprendizado-aprendizado em sala de aula?

9) O que se entende por trabalho de campo?
